

VIRTUDE E CORDIALIDADE EM JÚLIO DINIS*

Sérgio Nazar David**

1

No dia 10 de outubro de 1865, uma terça-feira, o *Diário de Notícias* — jornal que nesta ocasião ainda estava por completar um ano de existência — traz a notícia da morte de A. P. Lopes de Mendonça: “As letras pátrias estão de luto. Faleceu, domingo, em Carnide, o sr. António Pedro Lopes de Mendonça, que fora seu antigo cultor. A fatalidade roubara-lhe a razão; a morte acabou-lhe o martírio. Uma lágrima à memória do amigo; uma saudade sobre o túmulo do escritor.”¹

Uma semana depois da morte de Mendonça, no dia 15 de outubro, A. de Oliveira Pires assina o pungente necrológio em carta endereçada a Eduardo Coelho, diretor do jornal, destacando o lugar cimeiro ocupado, ao longo da década de 50, pelo folhetinista d’ *A Revolução de Setembro*, onde implantara um “novo gênero de literatura”. Sim, Mendonça de fato implantou um novo tipo de literatura — o folhetim —, mas quero destacar que acima de tudo representou no seu tempo um tipo invulgar de intelectual. Oliveira Pires sabe disto:

Lopes de Mendonça principiou a sentir a adversidade desde os primeiros dias da adolescência. As dificuldades da vida material surgiram-lhe logo ao deixar a infância. [...] Companheira inseparável do talento, a desgraça acompanhou-o no primeiro balbuciar da sua vocação literária. Recusaram-lhe publicação aos seus escritos, e ainda mais, a remuneração deles, remuneração que representava

* O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, uma entidade do Governo Brasileiro voltada ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

** UERJ/ CNPq

¹ Ver *Diário de Notícias*, 10/10/1865, nº 229, p. 1.

para ele o pão de cada dia. Enérgico, porém, no meio daquelas lutas obscuras, confiando nos recursos do seu talento [...], António Pedro Lopes de Mendonça seguiu a vereda que a Providência traçara em frente dele, sem desanimar diante dos obstáculos. Ao cabo dela encontrou felizmente a glória, essa palavra que tem tanto de vã, e a que o céu ou o inferno douo o poder fatal da fascinação.²

E segue referindo-se à estranha inibição que vem à tona no momento em que o autor de *Memórias de um doído* ganha o lugar de professor na Faculdade de Letras e elege-se deputado. Numa sociedade e num tempo em que a eloquência era uma poderosa moeda de troca, Mendonça não conseguia falar em público. Quando consegue fechar as portas à miséria, uma outra adversidade invade a sua vida. A devastação será definitiva. Como se impor no mundo de elegantes, se não consegue ultrapassar este atroz impedimento? Por que o autor dos folhetins de fogo d' *A Revolução de Setembro* cai e submerge justo quando já tem um lugar naquele mundo contra o qual se batera com incansável vigor?

Mendonça é um tipo muito particular de homem de letras, porque não tem ascendência nobre nem burguesa, porque não busca uma solução reformista para os dilemas que aponta, e ainda porque nunca domina completamente os códigos do bem viver. Em suma: não é um elegante.

É também em 1865, ano da morte de Mendonça, que vemos desenrolar-se toda a polémica que passamos a conhecer como “Questão Coimbra”. Castilho escreve o célebre prefácio ao livro de Pinheiro Chagas, e aproveita a ocasião para atacar os jovens de Coimbra. Saraiva & Lopes indicam, na *História da literatura portuguesa*, que também com isto estava Castilho tentando abrir caminho a Pinheiro Chagas para a cadeira que fora de Lopes de Mendonça no Curso Superior de Letras, na Faculdade de Letras de Lisboa: “[...] Castilho aproveitou a ocasião para, sob a forma de uma Carta ao editor António Maria Pereira, inculcar o poeta apadrinhado como candidato mais idóneo à cadeira de Literaturas Modernas no Curso Superior de Letras [...]”³ Vemos aqui agora o intelectual afeito aos valores oficiais (Pinheiro Chagas, e com ele Castilho), e do outro lado os jovens de Coimbra (de algum modo continuadores de Lopes de Mendonça).

A atividade de Mendonça começa nas páginas d' *A Revolução de Setembro*, sendo ainda vivo Garrett, e entra pela Regeneração, dito consenso político, que o autor d' *As Recordações d'Itália* chamará de “absolutismo empacotado”⁴. Quero com isto contestar uma tese, muito difundida, de que a Regeneração teria sido um período de capitulação, de desistência, em que toda a intelectualidade se rendera ao “mal menor” depois de quase meio século de lutas fratricidas. Quem acompanhar os folhetins de Mendonça n' *A Revo-*

² Ver *Diário de Notícias*, 15/19/1865, nº 234, p. 1-2.

³ SARAIVA & LOPES, *História da Literatura Portuguesa*, 17. ed., Corríg. e atualizada, s./d., p. 800.

⁴ Ver *A Revolução de Setembro*, nº 3106 (de 7/8/1852).

lução de Setembro verá que isto não é verdade⁵. E mais: o fecho de *Recordações de Itália* (de 1853), o capítulo “A Itália política”, servirá para dirimir qualquer dúvida, se atentarmos para o modo incisivo do autor atacar a ideia hegemônica — mas não unívoca — de “ordem” e de “moderação” tão ao feitio de Rodrigo da Fonseca Magalhães. Para Mendonça, os “moderados” são “a lepra de todas as causas generosas”, “os traidores covardes de todo o pensamento grandioso”, “os eternos Judas da liberdade”, que “vendem o seu divino mestre por trinta dinheiros”, mas “não se enforcam de remorsos em nenhuma árvore”⁶.

Quando Júlio Dinis morre, em 1871, Eça de Queirós dirá que o autor d’ *Uma família inglesa* “viveu de leve, escreveu de leve, morreu de leve”⁷. A afirmação de Eça faz-nos supor que Dinis terá passado alheio aos maiores impasses de seu tempo e que fez uma literatura superficial, ou mesmo artificial. Teria escrito algo como um romance cor-de-rosa...

Nas trilhas de Eça, o pós-25 de abril forjará a ideia de que Dinis teria criado tipos sociais, dando expressão literária assim a um arranjo acima de tudo doutrinário, conveniente ao projeto burguês de poder. Teria sido um representante dos valores da Regeneração: progresso, caminhos de ferro, concórdia entre as classes, e tudo estaria dito. Nesta trilha Lepecki escreveu *Romantismo e realismo em Júlio Dinis*.⁸ Esta obra, de 1979, tem muita verdade, pela argúcia argumentativa de vários passos e pela leitura minuciosa do conjunto da ficção dinisiana. Mas termina por tomar e perceber o objeto sobre o qual se debruça apenas sob um prisma, induzindo assim ao erro de supor que se trata de uma “literatura ideológica”, no sentido marxista do termo. Teríamos, em Dinis, uma obra enganadora, para amortecer os conflitos sociais, sem lugar para os pobres, para as mulheres, e para a sexualidade.

Lepecki apresenta uma sociedade em transição, em que uma aristocracia falida precisa do dinheiro da burguesia. Para que esta associação se faça de forma legítima é preciso que a razão, o trabalho, o amor venham validar uniões que se fazem só para que tudo permaneça como está, com leves retoques. Assim ficaria garantida a ascensão do burguês e ficaria com nova força a aristocracia. Entretanto — e aqui vem a minha discordância — é preciso ver que um livro (e nisto está a força da ficção e em última instância da arte) desenha vários mundos e formas de viver e sentir sob o mesmo entrecho. Portanto, há também em Dinis amores sinceros, paixões ardentes, desejos de mudar a sociedade, de sair da sujeição. E a partir disto os personagens movem-se, agem, tecem acordos, aguardam às vezes o melhor momento para este ou aquele passo; ou seja, planejam, sabem contar com o tempo, atuam em função do que desejam e procuram os caminhos

⁵ Ver DAVID, 2006, p. 363-388.

⁶ MENDONÇA, 1853, t. II, p. 270.

⁷ QUEIRÓS; ORTIGÃO, 2004, p. 182.

⁸ LEPECKI, 1979.

possíveis fora da vitimização tão corrente tanto na literatura romântica quanto na realista-naturalista. A solução dinisiana, acerta Maria Lúcia Lepecki, não é de ruptura. Mas talvez possamos vê-la como uma aposta no possível, dentro de uma certa ordem a ser reformada. Dinis, como Garrett, quer que o mundo caminhe sem revoluções. Garrett, com o seu projeto político e literário, foi acusado de cético.⁹ Dinis de utópico, idealista ou de fazer literatura burguesa.

A solução conciliadora é para Dinis um modo de “transigir” (a expressão é mesmo de Gabriela, de *Os fidalgos da casa mourisca*), de ultrapassar situações aparentemente intransponíveis. Há em Dinis provavelmente algumas mentiras, mas também muita verdade. Os leitores e sobretudo as leitoras da época certamente ficavam animadíssimos crendo talvez que aos verdadeiramente virtuosos se lhes ocorre mesmo, mais dia, menos dia, vencer os obstáculos de classe e a pétrea autoridade paterna. O que era preciso era saber esperar, e saber o momento certo de agir. E se, com tudo e contra tudo, não se alcançam os objetivos que vão ao encontro dos desejos de felicidade mais íntimos de cada um, talvez seja porque alguma mácula incontornável se interpôs. Há mesmo nestas páginas alimento para muita esperança vã e conforto para algum fracasso. Mas não só isto.

É evidente que o aristocrata decadente precisa do burguês. Garrett saberá tocar nisto quando ataca os barões endinheirados¹⁰. Mas Dinis também quando põe na boca de Gabriela a afirmação de que há muitos realistas fazendo-se passar por liberais nos salões de Lisboa. O mesmo é dizer que: os burgueses se afidalgam, e os fidalgos se aburguesam. Assim forma-se o círculo de elegantes, que, longe e ao mesmo tempo tão perto do fanatismo beato, longe e ao mesmo tempo tão perto das revoluções que varriam a Europa, intenta governar “ordeiramente” Portugal. É neste ponto que Dinis se afina, embora nem sempre tão bem, com os novos rumos regeneradores. Mas — e isto é importante — isto não quer dizer que a ficção de Júlio Dinis caiba inteiramente dentro do rótulo de “conformista”.

Júlio Dinis viu com agudeza os dilemas de seu tempo. Se desenha sob certo primeira soluções que podem parecer fantasiosas, isto também pode ser visto como uma forma de contornar impasses dramáticos. O que gostaria de frisar é que a obra de Dinis traz esta ambiguidade: tem boa dose de conformismo, mas também um ensinamento sutil e perspicaz sobre os modos de “transigir”, de se encontrar algum espaço possível para o desejo (do ponto de vista do indivíduo) e para o progresso (do ponto de vista social). O

⁹ Ver a este respeito a defesa vinda da pena do próprio Garrett, no prólogo de *Viagens na minha terra*, publicado sem indicação de autoria, na Revista Universal Lisbonense, em 11-XII-1845, e depois na primeira edição em livro, de 1846: “Tem sido acusado de céptico: é a acusação mais absurda e que só denuncia, em quem a faz, ou grande ignorância ou má fé. Quando o nosso autor lança mão da cortante e destruidora arma do sarcasmo (...) veja-se que é sempre contra a hipocrisia, contra os sofismas, e contra os hipócritas e sofistas de todas as cores, que ele o faz.” (GARRETT, 1963, p. 4)

¹⁰ Ver, em *Viagens na minha terra* (1843 — 1846), o capítulo XIII. GARRETT, 1963, p. 92-99.

mundo de Júlio Dinis não é feito de homens virtuosos que o mundo despreza e de homens desprezíveis que o mundo respeita¹¹. Há, no autor d' *A Morgadinha dos Canaviais*, uma aposta na sociedade liberal, naquilo que cinquenta anos de lutas intestinas produziram. É isto que uma visão mais conservadora do século XIX nunca quis ver, e exatamente por isto usa a obra de Júlio Dinis como se estivesse ali um retrato fiel — novo engano — do Oitocentos: aristocracia falida; clero dissoluto e hipócrita; burguesia que não estava à altura de sua missão histórica de conduzir a nação pelas luzes da razão; povo inculto, portanto incapaz de guiar-se e de influir civicamente nos destinos do país. Denegrir a experiência liberal e rotular o século XIX de “século perdido” é um modo de deixar o caminho aberto àqueles que vão pegar nisto para dizer em seguida que Portugal precisa mesmo é de um líder com mão de ferro — em luva de veludo. “Certos estavam Pombal e Salazar”, completam. E segue por aí a velha cantilena.

Vitorino Magalhães Godinho, no verbete “Sociedade portuguesa”, do *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, apresenta um quadro francamente negativo dos alvares do constitucionalismo em Portugal. E em seguida vai resumindo *A Morgadinha dos Canaviais* de um modo, salvo engano meu, muito tendencioso:

Dessa incipiente burguesia, Júlio Dinis traduz bem os anseios e os padrões ideais. O Portugal dos morgados e dos curas ainda existe, mas os vínculos vão acabar, já não é possível viver das rendas da terra sem cuidar da boa gestão dos domínios, esse estrato dominante tem de aceitar a ascensão social dos que se elevarem pelo trabalho até à propriedade e de resignar-se às alianças com os estratos ascendentes, adoptando o seu sistema de valores novo, os novos modelos de conduta, a nova fisionomia moral dos tempos. Mas quem manda ainda nas aldeias é o conselheiro, senhor fundiário, é o morgado sr. Joãozinho das Perdizes, é o “brasileiro” que especula com terrenos a serem expropriados por utilidade pública e aspira evidentemente a ser visconde — além do padre e do missionário. Sem dúvida, os ecos das cidades começam a repercutir-se no mundo aldeão, vêm os engenheiros e os trabalhadores para abrir as estradas, há o médico esclarecido, o mestre escola representa a ascensão social e a força de reforma cultural — como Tomé da Horta é o novo proprietário médio que forceja por uma nova agricultura. Fermentos tímidos, pois não.¹²

Em primeiro lugar: Júlio Dinis não “traduz” bem os anseios da burguesia. Dá a sua visão, circunscrito, como qualquer artista, a um horizonte de opções razoavelmente verossímeis. O fato de o Portugal dos morgados e dos curas já não poder ir à frente não é

¹¹ Ver, em *Coração, cabeça e estômago* (1862), as seções “A mulher que o mundo respeita” e “A mulher que o mundo despreza”. BRANCO, 1960, p. 453 — 490.

¹² GODINHO, 1984, p. 49.

obra dos céus; e se os conselheiros, morgados e brasileiros continuam a mandar não o fazem sem alguma resistência de movimentos populares, que estão longe de ser bandos de fanáticos governados por padres, como se quer tantas vezes fazer crer. Por fim, lembro que tudo que se queria naquele mundo era que aristocracia, clero e povo vivessem em “paz” cada qual sabendo muito bem “o seu lugar”. As turbulências que vêm arrANHAR esta paz a um certo momento já insustentável e impossível não são “fermentos tímidos”.

Em suma: a Regeneração teria sido um tempo de adesão aos ideais burgueses. Lopes de Mendonça teria aderido com uma literatura ultrarromântica (idealista, palavrosa e escapista). Já Dinis, para uma certa fatia da crítica, teria falseado a verdade e feito uma literatura cor de rosa (ideológica). Para uma outra fatia: teria dito toda a verdade, e mostrado o quanto o século XIX, liberal e romântico, em Portugal, foi uma experiência falhada. Muita tinta foi gasta para dar curso a estes enganos.

Irwin Stern e Helena Buescu, entretanto, fogem bastante destes prismas.

Stern, em *Júlio Dinis e o romance português*, obra de 1972, assinala que “Dinis devia ser considerado um precursor da Geração de 1870”. E completa: “Se bem que nunca participasse nas suas disputas, a sua compreensão do estado político, social e cultural de Portugal e a possibilidade de reforma do país pelo estudo, a publicação e utilização de novas ideias para os seus urgentes problemas, eram pensamentos que compartilhava com essa geração.”¹³

Helena Buescu destaca, em “A casa e a encenação do mundo — *Os fidalgos da casa mourisca*, de Júlio Dinis”, um ponto de contato com *A ilustre casa de Ramires*, de Eça, através do que chama de microcosmo de Portugal que se encena nas “casas”, onde “se reproduzem, perpetuam e transformam as dúvidas, guerras e violências sociais — mas também nelas é possível, embora com alguma dificuldade (que é a de ser fiel à tradição inovando), traçar os caminhos para a abertura de diferentes soluções.”¹⁴ Num passo posterior, em arremate do texto, referindo especificamente *Os fidalgos*, focaliza as personagens femininas:

[...] Gabriela, Beatriz e, embora menos, Berta tornam evidente que outras relações sociais se encontram também a mudar, neste final do século XIX: mulheres e homens agitam-se já, sem que os seus lugares sejam tão fixos como a superfície do discurso parece ainda querer acreditar. E [...] deste ponto de vista, Júlio Dinis tematiza, pela primeira vez de forma sistemática, uma alteração do tecido social que o século XX verá alargar-se e romper-se, por vezes.¹⁵

¹³ STERN, 1972, p. 107.

¹⁴ BUESCU, 1999, p. 30.

¹⁵ BUESCU, 1999, p. 36.

Nas duas perspectivas, resalto a inserção de Dinis num paradigma que vem de Garrett, e, com as devidas nuances, passa pela Geração Coimbra, chegando ao último Eça. As referências a Garrett são inúmeras na obra dinisiana. Stern registra: trata-se “do romancista português mais citado” por Dinis. E lembra que “nos FIDALGOS, ele é considerado importante, como político liberal e como ‘chefe de uma revolução literária’”.¹⁶ Ressalte-se ainda o fato de que esta inserção se faz pelo prisma de alguns processos literários mais evidentes — o uso da ironia como arma de reflexão¹⁷, a observação atenta dos processos sociais e dos modos de vida, a retomada de alguns temas como a educação inglesa, que o Carlos, de *Viagens na minha terra*, teve num breve contato de exílio, que o Carlos d’ *Os Maias* também terá, e que o Carlos de *Uma família inglesa* tem —, além de também trazer com este processo um repensar de toda uma tradição literária que se vai construindo e da própria história. O romance aparentemente cor de rosa de Dinis é — na esteira de Garrett e preparando Eça — uma máquina de pensamento.

2

As pupilas do senhor reitor saem em folhetim no Jornal do Porto em 1866. A primeira edição em livro é já de 1867. O livro obteve sucesso imediato. José das Dornas, “lavrador abastado”¹⁸ tem dois filhos, órfãos já de mãe: Pedro (forte como o pai) e Daniel (o avesso do irmão, “alvo e louro, de voz efeminada, mãos estreitas e saúde vacilante”¹⁹).

Preocupado com o destino de Daniel, José das Dornas vai encontrar no Reitor, um “padre velho”²⁰ da aldeia, que “tinha o Evangelho no coração”²¹ e era “liberal de convicção”²² — um padre que retoma, portanto, “O pároco da aldeia”, de Herculano e tem inspiração garrettiana ao unir Cristianismo e Liberalismo — o aconselhamento de que necessita. Diz o Reitor: “Não podes fazer dele um lavrador? Fá-lo padre, letrado ou médico, que não ficarás pobre com a despesa.”²³

Iniciam-se as lições de latim com o padre. O objetivo era a carreira eclesiástica. Mas um dia o Reitor surpreende Daniel com Margarida no campo. A partir de então, em conversa com José das Dornas, decidem que Daniel será médico ou advogado, no Porto. Afinal, diz José das Dornas, “nas terras grandes é que se fazem homens”²⁴. Mas quer saber quem é a moça com quem Daniel promete casar.

¹⁶ STERN, 1972, p. 100.

¹⁷ MONTEIRO, 2005.

¹⁸ DINIS, s./d., vol. I, p. 3.

¹⁹ DINIS, s./d., vol. I, p. 4.

²⁰ DINIS, s./d., vol. I, p. 4.

²¹ DINIS, s./d., vol. I, p. 4.

²² DINIS, s./d., vol. I, p. 5.

²³ DINIS, s./d., vol. I, p. 5.

²⁴ DINIS, s./d., vol. I, p. 24.

Guida era filha do primeiro casamento de um carpinteiro, que, viúvo, casara-se uma segunda vez com uma mulher de posses, com o que se transformara num abastado proprietário. Vem uma segunda filha, Clara, deste segundo casamento. Morrem em seguida o pai e a madrasta. Ficam então as duas irmãs, Margarida e Clara, sob a tutela do Reitor.

Quando Daniel está já para retornar do Porto, a “cidade invicta”²⁵ — a expressão é do narrador —, formado em Medicina, já Pedro e Clara têm casamento tratado. O Reitor fora o “embaixador” junto a José das Dornas, mas só depois de “perceber [...] a inclinação recíproca”²⁶. Guida, que nunca mais falara a Daniel, lembra-se sempre da “cândida afeição”²⁷ do passado. Diante dos preparativos para o casamento da irmã, resigna-se a separar-se dela e viver como professora de primeiras letras a meninas.

Daniel está para chegar, e já vemos que virá com um saber marcado pelo positivismo. O pai gaba-se das aptidões do filho, em conversa com João da Esquina, dizendo-lhe ter Daniel provado que “um homem é a mesma coisa que um macaco”²⁸, e que “a gente, verdadeiramente, devia andar com as mãos pelo chão”²⁹, e seguem daí as proposições que, segundo o pai, Daniel defendera perante o “júri escolar”³⁰, deixando-os “todos maravilhados”³¹. O comentário do narrador traz a nota da ironia, que já mostra o distanciamento de Dinis em relação ao cientificismo e, em última análise, ao realismo-naturalismo:

Para os leitores, alheios a certas noções de ciência e que se sintam tentados, como o sr. João da Esquina, a duvidar da veracidade de quanto José das Dornas referira, devo eu, em bem do carácter sisudo do honrado lavrador, acrescentar aqui, à maneira de nota elucidativa, que, informando-me com pessoa competente, soube que as proposições que tanto impressionaram o tendeiro tinham seus fundamentos em várias opiniões e teorias filosóficas mais ou menos à moda.³²

Finalmente, Daniel chega à aldeia formado em Medicina. Abraça os familiares, abraça o Reitor, a quem declina, sorrindo “hora horae, até ao ablativo singular”³³, e recebe em paga “uma prática sobre os deveres do médico na sociedade, recheada de preceitos

²⁵ DINIS, s./d., vol. I, p. 43.

²⁶ DINIS, s./d., vol. I, p. 43.

²⁷ DINIS, s./d., vol. I, p. 46.

²⁸ DINIS, s./d., vol. I, p. 51.

²⁹ DINIS, s./d., vol. I, p. 52.

³⁰ DINIS, s./d., vol. I, p. 52.

³¹ DINIS, s./d., vol. I, p. 53.

³² DINIS, s./d., vol. I, p. 53.

³³ DINIS, s./d., vol. I, p. 63.

de excelente moral”³⁴. Escutou “com fisionomia atenta”, mas “diga-se o que é verdade, com o espírito um pouco distraído”³⁵. Veio também o velho prático João Semana apertar a mão de Daniel.

Por fim, vem-nos a revelação de que Daniel já não se lembra de Margarida. “Encarnara-se” nele, diz-nos o narrador, “o espírito das cidades”. Pedro apresenta Margarida a Daniel e este dirige-lhe um “cumprimento distraído”³⁶. Margarida conservara a ilusão de que Daniel não a tivesse esquecido. “Enganara-se: conheceu que se enganara, agora que o vira passar assim; e apesar de toda a força da sua razão, Margarida sentiu enevoarem-se-lhe os olhos de lágrimas, e a alma de melancolias. // Afinal de contas a boa rapariga tinha um coração de mulher.”³⁷

Pedro leva Daniel até Clara. Daniel se encanta com “o timbre daquela voz”, com “aqueles movimentos cheios de graça e vida”, com a “inimitável expressão do olhar, meio de bondade, meio de malícia”³⁸. Passada a entrevista, Clara conta a Guida tudo que lhe dissera Daniel. Margarida lembra a Clara que uma mulher que vai se casar não se deveria envaidecer com galanteios de terceiros.

João Semana, que já se declarara contrário ao cientificismo, agora critica o fanatismo beato. Durante o jantar, diante da criada, Joana, ao descobrir o prato de carne assada, manifesta: “Que tentação me desperta este terceiro inimigo da alma!”³⁹ Lembra à criada a anedota do frade num convento falando enquanto comia: “Vede, irmãos, [...], vede como é difícil fugirmos às tentações dos três grandes inimigos da alma. [...] O mundo e seus encantos perigosos; o Diabo e seus poderes maléficos, e a carne, ai, meus irmãos... e a carne e suas tentações mágicas. [...]” Chegado a este ponto, diz João Semana, o frade “pousa o livro, suspira e estende o prato ao seu vizinho fronteiro”, e diz: “Tão fortes são, que nem lhes resisto eu, pobre pecador; uma posta desse terceiro inimigo, que tão bem assado está.”⁴⁰ Aqui Dinis se aproxima dos jovens de Coimbra. Lembro as críticas de Eça a este jargão da beatice em *Os Maias*. E o quanto D. Afonso da Maia se esforça por fazer de seu neto Carlos um “forte”, isto é, distante da catequese que, supõe, destruíra seu filho Pedro.

Daniel conversa com Joana, enquanto João Semana dorme. É quando chega uma carta de Margarida pedindo que João Semana vá ver o velho mestre seu e de Clara, que está gravemente enfermo. Daniel acaba indo em lugar de João Semana. Chegando lá,

³⁴ DINIS, s./d., vol. I, p. 63.

³⁵ DINIS, s./d., vol. I, p. 63.

³⁶ DINIS, s./d., vol. I, p. 70.

³⁷ DINIS, s./d., vol. I, p. 71.

³⁸ DINIS, s./d., vol. I, p. 73.

³⁹ DINIS, s./d., vol. I, p. 67.

⁴⁰ DINIS, s./d., vol. I, p. 67.

encontra Clara velando ao lado do doente. Dinis constrói já aqui o ideal de mulher: a mestra (Guida), a solícita enfermeira (Clara), e por fim virá a esposa (que ambas serão).

De volta à casa, Daniel deixa-se levar distraído pela sua imaginação. Canta em voz alta uma ária de Lucrecia, rabisca na porta da janela: “Coge-Çofar — Sumatra — Telescópio — Manon Lescaut”. E o narrador conclui de um modo algo surpreendente: “O oculto fio lógico, que encadeava estas quatro palavras na mente de Daniel, é um mistério que eu não sei decifrar.”⁴¹

Narrar é de algum modo também selecionar. Ninguém pode contar tudo, ninguém pode contar toda a verdade. Todo ato de narrar comporta assim um saber parcial, e implica um posicionamento do narrador diante do discurso. É curioso, entretanto, que este narrador dinisiano inclua na narração algo cujo sentido aparentemente desconhece. Significa isto, em primeiro lugar, que muito do que está narrado lhe escapa. É ainda um convite ao leitor para que ele também complete o oculto fio do texto, neste e noutros passos. Vejam: no momento em que se interessa pela noiva do irmão, e esta parece corresponder-lhe de algum modo e até com certa malícia e sensualidade, vem-lhe à cabeça o significante “Manon Lescaut”, personagem criada por Abade Prévost que fez enorme sucesso no século XIX. No romance (publicado em 1731), Manon perde-se e acaba na América como prostituta, exatamente porque não aceita um casamento que não seja movido pela paixão.

Talvez possamos inferir aqui a sugestão a um lugar, o de mulher indigna — que não é o da esposa — no qual entram tanto Clara quanto Francisca (filha de João da Esquina, a quem Daniel endereça versinhos jocosos). Daniel, sobretudo porque seus atos não condizem com o que se espera de um médico, também é marcado pela indignidade, e a princípio contaminado pelos vícios da cidade. Admoestado pelo Reitor, retruca que para o casamento será preciso algo mais do que “amor” ou “paixão cega”: “Se um dia me vir casado, suponha que encontrei uma mulher, por quem sinto alguma coisa mais além do amor, por quem sinto o respeito e a confiança que se devem a uma mãe de família.”⁴² Joana diz a Margarida que Daniel “gosta de todas”⁴³, o que é o mesmo que dizer, de todas que podem ir a este lugar de “mulher indigna”.

Vem a cena da esfolhada, um certo tipo de jogo que integrava à época as festividades campestres: “Homens e mulheres, crianças e velhos, amos e criados, todos fraternizavam, todos se nivelavam aquela noite para se abraçarem ou beijarem e até dançarem por fim.”⁴⁴ O narrador, em mais uma passagem em que troça com a “ciência positiva”, pede perdão por crer em “influências planetárias”, já que a esfolhada é feita em noite de

⁴¹ DINIS, s./d., vol. I, p. 117.

⁴² DINIS, s./d., vol. I, p. 125.

⁴³ DINIS, s./d., vol. I, p. 130.

⁴⁴ DINIS, s./d., vol. I, p. 137.

luar e isto “redobra o valor da festa”⁴⁵. Daniel chega inesperadamente à esfolhada e pede um lugar no jogo. É Clara quem lhe abre espaço ao seu lado.

E foi-se animando a esfolhada, com distribuição de abraços. “Todos [...] aceitavam as excepcionais liberdades desta noite de tradicional folgança, com a consciência de que não poderiam nunca fazê-las valer a justificar ulteriores e mais arrojadas aspirações.”⁴⁶ E chega a hora de Clara abraçar Daniel: “Foi quase a tremer que ela o abraçou.”⁴⁷ “Daniel tinha achado o milho-rei [...] abraçou a todos à pressa e distraidamente, até chegar a Clara. A essa, apertou-a ao peito de maneira a redobrar o enleio em que se achava já a rapariga.”⁴⁸

Daniel já então corteja Clara. O enleio segue até que Clara, a certa altura, cai em si e o repreende: “Sr. Daniel!” Pedro (noivo de Clara e irmão de Daniel) ouve, e se aproxima: “Que tens, Clarinha? [...] Parece-me que te ouvi...” O comentário do narrador é preciso: “Clara, ainda agitada, apertou o braço de Pedro, como se a procurar protecção, talvez contra si mesma.”⁴⁹

Os dois irmãos vão levar Clara à casa. E então, depois de tudo isto nenhum dos três teve um bom sono. Pedro porque percebe que Clara chegava a ter febre! E com isto temia que o incômodo fosse de gravidade. Em Daniel, “foi uma luta do senso íntimo que o não deixou repousar. Odiava-se e acusava-se com severidade, por haver, de alguma sorte, abusado deslealmente da confiança de seu irmão; mas, cedo deixava de ouvir esta voz da consciência, como se distraído por um espírito maligno, que lhe recordava os encantos de Clara; e, a seu pesar, sentia-se às vezes quase desvanecido com esperanças, às quais ele próprio tentava cerrar o coração.”⁵⁰ Vejamos o que se passa com Clara, lembrando-se de Daniel: “Alguma coisa semelhante perturbava também naquele momento o espírito de Clara. A cada passo se esquecia a pensar nos diversos episódios do serão e em tudo quanto Daniel lhe dissera; e logo se arrependia e acusava, como de uma traição feita a Pedro, de ter assim escutado e recordar agora as falas apaixonadas daquele louco imprudente.”⁵¹

Clara e Daniel vão, a partir daqui, travar uma luta interior. E é a Consciência, como um supremo árbitro, que os levará ao caminho da virtude: a renúncia de Clara em relação a qualquer eventual ligação com Daniel em nome dos compromissos já assumidos com Pedro. Vejam como Dinis se aproxima mais uma vez do realismo-naturalismo, da

⁴⁵ DINIS, s./d., vol. I, p. 139.

⁴⁶ DINIS, s./d., vol. I, p. 145.

⁴⁷ DINIS, s./d., vol. I, p. 146.

⁴⁸ DINIS, s./d., vol. I, p. 147.

⁴⁹ DINIS, s./d., vol. I, p. 148.

⁵⁰ DINIS, s./d., vol. I, p. 150.

⁵¹ DINIS, s./d., vol. I, p. 150.

apologia da Consciência como um tribunal presidido pelo Supremo Árbitro: a Razão (soberana).⁵²

Daniel passa a ir à caçada, e a voltar todos os dias pela rua em que moram Guida e Clara. O Reitor, percebendo a situação, termina por alertar Guida e a instá-la a vigiar a irmã imprudente. Guida temia pela “felicidade de Clara” — já que também o povo começava a comentar o fato — e pensava nas suas “antigas ilusões”, em seu “sonho oculto”⁵³. Margarida adverte Clara. Diz-lhe que talvez esteja a “perder-se”, julgando-se “salva”⁵⁴. Usando como álibi a “opinião do mundo”, Guida tenta afastar Clara de Daniel, e pede-lhe que não mais fale com o irmão de seu noivo (Pedro). Clara resiste à ideia: “Querias que eu fosse grosseira.” Ao que a irmã retruca: “Não, queria que fosses prudente.”⁵⁵ Não há como não ver que Guida usa a “opinião do mundo” para impelir Clara à renúncia. Sob o manto da proteção da honra da irmã, talvez esteja a suposição de que uma tira o que deveria ser da outra.

Daniel segue cercando Clara como pode. E esta resiste, também como consegue, com “seriedade” e “nobreza”⁵⁶. Vejamos um momento singular de Daniel, diante de Clara: “Todos só têm palavras para me censurar, e ninguém há-de ver um dia claro no meu coração? Ninguém, melhor do que eu, conhece a fraqueza ingénita deste carácter, que não sabe lutar; mas o que eu não sei, o que eu peço que me digam é o remédio para este mal.”⁵⁷ Daniel parece ser o menos submisso de todos diante dos imperativos morais. Mas talvez devamos duvidar um pouco de seu aparente arrojo, já que é ele mesmo quem nomeia como um “mal” o desejo que o persegue...

João Semana quase os surpreende a falarem-se a sós na fonte. O Reitor salva a situação, dando a entender que conversavam os três: Clara, Daniel e ele (o Reitor). Já tendo partido João Semana, o Reitor repreende Clara e Daniel. Tudo parece levar a crer que o que se teme é um boato que venha então manchar a reputação de Clara. O social tem um peso aqui. Mas, ouvidas as palavras do Reitor, o que mais inquieta Clara é “a verdadeira extensão da sua culpa”⁵⁸. De que Clara é culpada? Talvez de amar e desejar Daniel. E o que a culpa mascara? A renúncia ao que lhe é mais caro. Sentindo-se culpada, Clara pode adentrar o caminho da virtude. Renuncia porque precisa de ficar em paz com a sua Consciência. Mas não nos esqueçamos de que a culpa é também, antes de tudo, o índice de

⁵² Este é um tema capital do realismo-naturalismo. Ver *O mandarim*, de Eça de Queirós. Mas é acima de tudo um tema caro a todo o século XIX. Vem do século XVIII, com Rousseau, em *Émile* (1762); passa por Chateaubriand, em *Le génie du Christianisme* (1802); e por Balzac, em *Le père Goriot* (1835). Ver MARTINS, 1967. Ver também “Duas faces da renúncia em *O Mandarim*, de Eça de Queirós”. In: DAVID, 2006, p. 57 — 86.

⁵³ DINIS, s./d., vol. I, p. 154.

⁵⁴ DINIS, s./d., vol. I, p. 155.

⁵⁵ DINIS, s./d., vol. I, p. 158.

⁵⁶ DINIS, s./d., vol. I, p. 161.

⁵⁷ DINIS, s./d., vol. I, p. 162.

⁵⁸ DINIS, s./d., vol. I, p. 167.

que ela cede do seu desejo, é o sintoma que não lhe dá paz, que, através do mal-estar que provoca, a faz lembrar-se de algum modo da violência que pratica contra si mesma.

Daniel também não fica em paz, e sente-se “desprezado pela própria consciência”⁵⁹:

— Têm razão os que desconfiam de mim — pensava ele — conhecem-me melhor do que eu próprio. Que subtis distinções ando eu a marcar por aí, entre o meu proceder e o de muitos miseráveis, que me causam tédio e desprezo? Que ridículas lamentações de homem não compreendido são as minhas? É no que se vingam sempre aqueles, cujos sentimentos inspiram sempre aversão geral... Clamam que ainda não encontraram espírito ou coração de harmonia com o seu. Vejamos. Pois não é infame o meu procedimento? Que lhe falta para ser completamente infame? [...] É tempo de me fazer outro homem. E poderei consegui-lo? Este meu temperamento é de uma mobilidade! Pequenas causas fazem-lhe perder o equilíbrio, que por momentos a razão consegue dar-lhe. Será isto em mim um mal incurável? [...] O estado do meu coração é assim. Talvez ainda não experimentasse a tèmpera, que tem de o fortificar; talvez. Em todo o caso devo lutar comigo mesmo.”⁶⁰

Um fio liga Daniel ao Carlos de *Viagens na minha terra* (de Garrett). Ambos marcados pela inconstância, pelo apego aos bens mundanos, ambos também incapazes de fazer uma escolha subjetiva e sustentá-la, sem que lhes pese a culpa. Daniel entretanto luta por se “fortificar”, e isto significa “ser capaz de cumprir um dever”, que aqui tem a ver com renúncia aos bens e prazeres mundanos. Carlos, de *Viagens*, pelo contrário, desiste disto e confessa-se “um aleijão moral”. Com Daniel e depois com um outro Carlos, de *Uma família inglesa* (1868), Júlio Dinis dialoga com Garrett, retoca o que no autor de *Folhas caídas* fora marcado pelo fracasso, fracasso moral, se usarmos o ponto de vista do próprio herói de *Viagens*⁶¹. Carlos, de *Viagens*, renuncia ao desejo em nome do gozo do corpo, da vida mundana. Daniel também renuncia ao desejo em nome dos imperativos morais do supereu. Vence o Mundo, na ficção garretiana. Vence a Consciência, em *As pupilas*. Em *Uma família inglesa*, temos uma equação um pouco mais complexa. É o que veremos mais à frente.

Está visto que este primeiro romance de Dinis vai se encaminhar para a recuperação moral de Daniel, e de resto também de Clara.

Pedro, numa noite, como solícito proprietário que é, vai rondar suas terras. Leva uma espingarda... No caminho, vê Daniel saindo da casa de Guida e de Clara. Evidente-

⁵⁹ DINIS, s./d., vol. I, p. 168.

⁶⁰ DINIS, s./d., vol. I, p. 168.

⁶¹ Ver carta final de Carlos a Joanhina em *Viagens na minha terra*, capítulos XLIV — XLVIII. GARRETT, 1963, p. 308 — 339.

mente, pensa no pior: num romance entre Clara e Daniel. Aterrado, pede que Daniel saia correndo, para que não ceda à tentação de matá-lo. É nesta hora que Clara desmaia e Guida se põe no lugar dela, para fazer crer a Pedro que a conversa inoportuna no meio da noite era com ela (Guida) e não com Clara. Guida se acusa, para assim inocentar Clara. Só o reitor entende a artimanha: “Foi um ato heróico, Margarida, para o qual poucas teriam fortaleza.” E pede que conclua “a obra abençoada”, chamando Clara “ao caminho do arrependimento”⁶²

O ato de Guida salva as aparências (porque fora mesmo Clara quem conversava com Daniel às escondidas), livra Clara da “perdição”... Mas será que não o podemos pensar também como o único modo de lutar pelo que se quer numa sociedade e num tempo como aquele? Em última instância, o ato de Guida exige uma reparação. Reparação esta que ela própria também recusará, até ter Daniel do modo mesmo que lhe apraz. Vejamos.

Sabendo dos expedientes da irmã, Clara diz-lhe: “Perdeste-te para me salvar. Limpaste com os teus vestidos a lama dos meus, para me apresentares pura aos olhos do meu noivo, que com razão me supunha culpada! Entendo. Viste-me perdida, e fizeste como aquela criança que, há tempo, se afogou para livrar um irmão da corrente; salvaste-me, mas afundando-te.”⁶³ Quantos acasos felizes não são necessários, pensará o leitor atendo, para que se possam ultrapassar “as insidiosas carícias da fantasia”⁶⁴.

O Reitor, encontrando Daniel à beira de um precipício, põe-lhe a par do que Guida fizera para salvar a honra de Clara, “a irmã leviana, mas não criminosa”⁶⁵. Vejam agora o diálogo que se segue entre o Reitor e Daniel:

- Existem ainda anjos assim neste mundo, sr. reitor?
- Existem, existem, homem descrente e desalentado — e sirva-lhe esse exemplo heroico, para lhe dar crença e fortaleza.
- E há quem lhe aceite a abnegação?!
- Assim é preciso. Ninguém a pode recusar sem sacrificar alguma coisa, além da própria felicidade.⁶⁶

Temos aqui uma ideia-chave d’*As pupilas* e mesmo da própria obra dinisiana, em seu conjunto. Ou seja: a felicidade depende da abnegação. E o reitor completa pedindo a Daniel que domine a sua consciência (supereu), subjugue-a mesmo... E Daniel o faz: pede Guida em casamento. Guida recusa por julgar que Daniel fá-lo atendendo a outro motivo

⁶² DINIS, s./d., vol. I, p. 174.

⁶³ DINIS, s./d., vol. I, p. 178.

⁶⁴ DINIS, s./d., vol. I, p. 176.

⁶⁵ DINIS, s./d., vol. I, p. 182.

⁶⁶ DINIS, s./d., vol. I, p. 182.

que não à “força do coração”⁶⁷. Vejam como Dinis joga com as ideias e conceitos da época. Para o Reitor, o coração deveria ser vencido, para que a regeneração moral de Daniel se fizesse. Para Guida, é “a força do coração” que deveria comandar a vida. Atenção agora: este é o modo de Guida lutar pelo que quer. Se ela se ativesse ao que o casamento tem de convencional, aceitaria logo o que lhe propõe Daniel: uma “reparação”. Mas não é isto que Guida quer: quer é casar-se com o homem que ama! A firmeza, a virtude, as qualidades de carácter, enfim... a recusa de Guida... tocam Daniel, que diz ao Reitor: “[...] ao receber aquela recusa, pareceu-me sentir escurecer-se-me o futuro, e, pela primeira vez na minha vida, senti-me desalentado com este mau êxito, em lugar de encontrar nele incitamento para persistir, como tantas vezes o tinha encontrado.”⁶⁸

É muito comum vermos nas narrativas românticas a regeneração através do amor, o amor levando à virtude. Em Júlio Dinis, dá-se o caminho contrário: é a virtude que leva ao amor. E a resignação, a disposição para renunciar é algumas vezes a virtude maior...

O Reitor toma conhecimento, logo em seguida, do amor de Guida por Daniel, do quanto custara à sua pupila recusar o pedido de casamento do filho de José das Dornas. A abnegação de Guida tem subjacente a luta pelo amor de Daniel. Deveríamos, portanto, pelo menos pôr um ponto de interrogação sobre o seu aparente desprendimento, à primeira vista disposta a tudo para salvar a irmã. Inclino-me a acrescentar que é justamente este o modo de Guida tocar o coração de Daniel. Guida segue dizendo NÃO. Até que aceita, com a seguinte frase: “Que direito tenho eu de recusar uma proposta... tão... generosa? Aceito.”⁶⁹ Até para dizer que quer o que deseja precisa dar uma volta incrível com esta frase toda dentro da moral vitoriana: “que direito tenho eu de recusar...”

Vemos, portanto, em *As pupilas*, alguns pontos que merecem destaque.

Em primeiro lugar, o Reitor guiado pelo espírito de um Cristianismo renovado pelos ares liberais. Ralha com as beatas, guia-se pela razão, administra os conflitos valendo-se inclusive da mentira quando necessário. Inspirado de algum modo no que é o miolo da obra de Garrett (um Cristianismo de cariz liberal), se aproxima também do abade Ferrão de *O crime do padre Amaro*, de Eça.

Em segundo lugar, Clara deve atender às conveniências, à palavra dada. Não consegue esquivar-se de um compromisso, embora lute inicialmente para desembaraçar-se disto. Se aceitasse com resignação o que lhe parecia destinado — o casamento com Pedro —, talvez um outro casamento, com Daniel, lhe caísse às mãos. Lembro que Berta, em *Os fidalgos da casa mourisca*, também tem a palavra dada e um casamento praticamente acertado, e tudo se desfaz em nome do amor. Sim, em nome do amor, mas também porque

⁶⁷ DINIS, s./d., vol. I, p. 189.

⁶⁸ DINIS, s./d., vol. I, p. 191.

⁶⁹ DINIS, s./d., vol. I, p. 228.

Berta, como Guida, sabe bem quais são as regras daquele mundo, portanto sabe se fazer de morta, morta para o desejo...

Terceiro ponto... Daniel passa a ter a sua recuperação moral condicionada ao amor que passa a ter por Guida, supostamente a mais virtuosa das irmãs. Afeito aos prazeres do mundo, Daniel ama todas, quer uma mulher rica para o casamento (é o que diz a Joana). Mas consegue livrar-se deste engano pelas boas mãos de Guida e do Reitor, que lhe fortalecem aquele farol interior chamado Consciência... Aqui também vemos uma clara ligação de Dinis com o que vai estar pouco mais de uma década depois no primeiro Eça.

Um último ponto, antes de concluir esta seção: em *As pupilas* ainda não temos jogadas, diretamente e em primeiro plano, as cartas dos interesses econômicos e sociais, o que entrará francamente como forte possibilidade de leitura (mas não única) nos demais romances de Dinis. Temos, entretanto, aqui n' *As pupilas*, na solução final, sobretudo no que diz respeito a Guida, realizado o sonho burguês: dinheiro, amor, posição e... arrisco-me a dizer... gozo sexual, dentro do casamento. Embora este último aspecto esteja quase totalmente apagado, embora só com muita imaginação se possa chegar a este ponto, eu diria que esta equação talvez levasse alguns leitores a entender e decodificar, sempre sob determinadas convenções, certa abordagem de temas ligados ao sexual. Não deveríamos descartar, sem alguma suspeita, a hipótese de que isto fazia parte dos acordos de leitura do XIX.

3

A Morgadinha dos Canaviais saiu em folhetim no Jornal do Porto e também em livro em 1868. O romance começa com a chegada de Henrique de Souselas à aldeia. Henrique “fora educado e passado da infância à plena juventude, em Lisboa, levantando-se por avançada manhã, frequentando o teatro, o Grémio, as câmaras, parolando no Chiado ou no Rossio, e indo alguns dias no ano a Sintra, ou a qualquer praia de banhos, desfadarse da monotonia da capital”⁷⁰. Ele vai passar alguns dias, por recomendação médica, na quinta de Alvapenha, de propriedade de sua tia Doroteia. Ao chegar, tenta explicar a sua “doença” à tia:

É, entre outras coisas, uma tristeza, uma melancolia, que me não deixa, que me persegue por toda a parte. Às vezes parece-me que sinto apertar-se-me dolorosamente o coração; outras, são palpitações, ânsias... Tenho quase vontade de chorar, irrito-me, impaciento-me, não quero que me falem, nada quero ver, nada quero ouvir;

⁷⁰ DINIS, s./d., vol. I, p. 236 — 237.

não leio, não durmo, não como. Finalmente todo eu sou doença e tristeza.⁷¹

Henrique vai tomando os hábitos da aldeia. Conhece Bento Pertunhas, conhece a Morgadinha (Madalena). Esta é órfã de mãe, e seu pai é ministro liberal em Lisboa. Na casa do Mosteiro, conversam mais longamente, e ela explica-lhe por que a chamam “Morgadinha”:

[...] minha madrinha vivia na quinta dos Canaviais [...] Era uma velha senhora, rica, elegante, e muito caprichosa; chamavam-lhe todos a morgada dos Canaviais. Tomou-me ela afeição, e, sempre que passeasse, me havia de levar consigo; daí começaram a chamar-me de pequena a morgadinha. Quando ela morreu deixou-me tudo que possuía; nesse legado entrava a quinta dos Canaviais, de que sou proprietária ainda. Foi uma como confirmação do título, que já desde criança me tinham dado; e para todos sou aqui a morgadinha, título na verdade pouco elegante e que tão mau conceito fez conceber ao primo Henrique da possuidora dele.⁷²

Henrique é apresentado a Augusto, o mestre-escola, que dirigira os primeiros estudos de Ângelo (irmão de Madalena), a Cristina (prima de Madalena) e a D. Vitória (mãe de Cristina). A Morgadinha recebe carta do pai (o Conselheiro) comunicando que vem à aldeia para as férias de Natal e que trará o Ângelo. Em pouco tempo, já Henrique sente-se inteiramente outro, e sonha em ter uma família: “Escusado é dizer”, comenta o narrador, “que a imagem da morgadinha aparecia sempre nestes quadros que lhe traçava a fantasia”⁷³.

Augusto também recebera um legado da morgada dos Canaviais, com a condição de que abraçasse a carreira eclesiástica. O mestre-escola era órfão de pai. Após a morte da mãe, comunica ao Conselheiro que desiste do legado da morgada e que não quer ordenar-se. O Conselheiro pede-lhe que pense com calma, que guarde certa reserva em relação à resolução e que cuide da educação de Ângelo. Nasceu daí “uma íntima amizade entre Ângelo e Augusto”⁷⁴. Augusto se aperfeiçoa em latim com um abade, doutor em teologia, que vivia numa freguesia próxima, e depois estuda línguas modernas com um engenheiro de estradas que passa na aldeia três meses inteiros.

Cristina se interessa por Henrique. Henrique pela Morgadinha... O leitor vai percebendo que esta ama Augusto (o mestre-escola), e é correspondida. Temos portanto

⁷¹ DINIS, s./d., vol. I, p. 252.

⁷² DINIS, s./d., vol. I, p. 278 — 279.

⁷³ DINIS, s./d., vol. I, p. 290.

⁷⁴ DINIS, s./d., vol. I, p. 298.

aqui uma impasse, já que Madalena pertence à aristocracia, e a princípio não poderia casar-se com um mestre-escola.

Num passeio, encontram o ervanário, tio Vicente. Henrique trata-o com desdém. Augusto vem em defesa do velho. Augusto e Henrique discutem, e Madalena tem que intervir. Vem um temporal, e Madalena perde a mantilha. Henrique arrisca-se imprudentemente para recuperá-la, e é repreendido pela Morgadinha. Em seguida, tio Vicente é arrastado pela chuva e Augusto corre para socorrê-lo. Logo que o ervanário está a salvo, Madalena resume a situação, falando a Henrique:

— Bem vê que nem sempre é cauteloso o nosso guia, primo Henrique. Sabe também arriscar a vida, quando uma razão de humanidade lho pede. A sua imprudência de há pouco... agradeço-lha, mas... não posso aprová-la. Confesse que não foi justificada como esta.

Henrique tinha a razão clara o bastante e a consciência justa para ver que, apesar da sua façanha cavalheiresca, ficara, desta vez ainda, inferior ao seu companheiro.

Qualquer que fosse o desgosto, que a descoberta lhe produzisse, é certo que teve sobre a rebelião dos maus instintos poder suficiente para se obrigar a ir apertar a mão a Augusto.⁷⁵

Será também através do apelo à Consciência que se fará a recuperação de Henrique. E é assim que caminhará em direção a Cristina. Ao mesmo tempo, o Conselheiro Manuel Bernardo, através de caminhos os mais diversos, será forçado a admitir o casamento de Madalena com o mestre-escola.

O Conselheiro é do partido regenerador. Apesar de flexível, de ser um “perfeito homem da corte”⁷⁶, de saber transigir em relação aos preceitos liberais que adotara na juventude, era ainda assim acusado pelo “partido conservador e o reacionário” de “ímpio”, de “republicano” e de “pedreiro-livre”⁷⁷. O Conselheiro faz a Henrique uma confissão de pecador contrito, e ao mesmo tempo reconhece que é difícil “atravessar a vida política” sem sacrificar “o primitivo credo”⁷⁸.

Em seguida, sabemos que o Conselheiro optara pelo trajeto dos caminhos de ferro que passaria justo pela casa do ervanário. Não há, do ponto de vista do narrador, uma condenação peremptória e definitiva nem aos caminhos de ferro, nem muito menos aos acordos do Conselheiro para implementá-los. E isto é muito interessante em Dinis. Suas críticas ao seu tempo não têm a acidez das da Geração Coimbrã, e isto dá-nos uma medida talvez do que fosse possível fazer dentro daquele mundo. Parece que estamos diante

⁷⁵ DINIS, s./d., vol. I, p. 344.

⁷⁶ DINIS, s./d., vol. I, p. 355.

⁷⁷ DINIS, s./d., vol. I, p. 355.

⁷⁸ DINIS, s./d., vol. I, p. 363.

de dois homens: o Conselheiro político da Regeneração, afeito às negociações de gabinete, às soluções mais convenientes, o liberal que optara pela “ordem”, e para tanto aprendera que a política, naquele contexto em que vive, exige transigência e quase sempre é corruptora; e por outro lado temos o pai de família, reto e justo (sob certo prisma) em suas decisões e ponderações para com aqueles que gravitam na esfera de sua autoridade.

Ainda como político, o Conselheiro toma duas decisões arriscadas, que poderiam, com as consequências que delas poderiam advir, ser o fim de sua carreira política: a de pôr fim aos enterros dentro das igrejas e a de fazer com que os caminhos de ferro passassem pela casa do ervanário (o tio Vicente).

O Conselheiro consegue convencer o ervanário a ceder e a aceitar uma boa indenização para deixar a sua casa. Em troca, tio Vicente pede a nomeação definitiva de Augusto para mestre-escola. E tudo parece ficar acertado. Mas logo em seguida o morgado das Perdizes exige a nomeação para mestre-escola de um outro protegido seu. E o Conselheiro já sabe, então, que terá que romper com a palavra dada ao tio Vicente.

Vemos, portanto, jogados em conflito o velho e o novo mundo: o mundo das beatas que temem os “três inimigos da alma”⁷⁹, que levam a menina Ermelinda à morte; e o mundo da Regeneração, que impõe os sepultamentos no cemitério, mundo da Razão e da Consciência na esfera dos assuntos domésticos, e dos acordos e transigências na esfera pública. Isto é importante, porque nos serve para situar Dinis em relação ao Cristianismo de inspiração liberal (que traz de Garrett) e certa apologia da Consciência, como árbitro supremo, que será a matriz do primeiro Eça, sobretudo até *O Mandarin* (1880), conforme já apontamos. Já n’ *Os Maias*, onde o tema também aparece, este projeto está francamente em colapso.⁸⁰ Atentemos para o comentário do narrador, no momento em que Henrique, Cristina e Madalena vão assistir a uma pregação do missionário, que na aldeia impelia as beatas (e junto com elas a menina Ermelinda) ao temor do fogo do inferno:

[...] os vultos escuros das penitentes, fazendo para dentro a circunstanciada exposição dos pecados da semana, e recebendo de lá regras de bem viver, preceitos de devoção, às vezes exagerada e inspirada de certa moral de convenção, com que a ignorância ou a má fé porfiam em falsificar os simples e luminosos ditames da moral, que a consciência reconhece e que o Evangelho apregoa.⁸¹

Henrique fala à Morgadinha sobre o missionário: “Diga se [...] este modo de tratar ovelhas não é mais de magarefe do que de pastor?”⁸²

⁷⁹ DINIS, s./d., vol. I, p. 436.

⁸⁰ Ver REIS, 1997, em especial o capítulo “La production littéraire au cours de la période parisienne”, p. 41- 91. Ver também “O Mundo, o Diabo e a Carne: Eça de Queirós e os inimigos da Alma”: DAVID, 2004, p. 85 — 123.

⁸¹ DINIS, s./d., vol. I, p. 440.

⁸² DINIS, s./d., vol. I, p. 442.

O missionário termina por expulsar os três da igreja:

— Fora do templo, pedreiros-livres, que vindes aqui escarnecer da palavra do Senhor! Fora do templo, ímpios libertinos, que não respeitais os ministros de Deus, nem o seu altar! [...] São estes os que trazem das cidades a peste para as aldeias; são estas as pragas que nos vêm com as estradas e com a civilização. Fugi deles, que trazem o Demônio na alma! Homens sem religião, mulheres sem temor de Deus, mações, pedreiros-livres, vindes para aqui tentar as almas? Eu vos esconjuro!⁸³

No correr dos acontecimentos, estão já o mestre Pertunhas, o brasileiro Seabra, o missionário e seus seguidores contra o Conselheiro e sua família, “a gente do Mosteiro”⁸⁴. O pai de Ermelinda (o Cancela) vai preso por agredir o missionário e a aldeia é invadida por engenheiros, condutores, apontadores, cantoneiros e operários: é o início da construção da estrada. Vem a demolição da casa do ervanário, e a tristeza de Augusto e do tio Vicente. “Conceda-se uma lágrima”, comenta o narrador, “a estas obscuras vítimas dos progressos materiais, lágrima que não importa uma ironia à civilização.” E continua:

Exalte-se embora a rápida carreira da locomotiva, que atravessa, como meteoro, as povoações e os ermos; mas não seja isso motivo para condenar a compaixão pela violeta dos campos, que as rodas deixaram esmagada à beira do carril. Ainda quando um vencedor tem um papel providencial a cumprir, e o seu triunfo seja uma obra de redenção, o vencido, desde que cai, tem direito a um olhar compassivo, a uma lágrima de saudade. Não tenteis a louca empresa de aniquilar o sentimento, espíritos áridos que infundadamente o temeis, como coisa desconhecida à vossa alma seca e estéril. Quem deveras confia nos destinos da humanidade não tem medo das lágrimas. Pode-se triunfar com elas nos olhos.⁸⁵

Ficamos sabendo que fora através de um acordo vil, de traição ao seu partido, que o Conselheiro conseguira a estrada para a sua aldeia. Um jornal de Lisboa notícia o caso, comprovando-o com uma carta do Conselheiro, encontrada depois entre os papéis de Augusto. De agora em diante, vamos assistir à luta do Conselheiro para ganhar as eleições, a despeito de tudo; e à luta de Augusto para provar a sua inocência, provar que não traía o Conselheiro. “A consciência me dará forças para lutar [...] E se há justiça no Céu, hei-de vencer!”; diz Augusto.

⁸³ DINIS, s./d., vol. I, p. 444.

⁸⁴ DINIS, s./d., vol. I, p. 459.

⁸⁵ DINIS, s./d., vol. I, p. 463.

Quando Augusto vai pedir uma “explicação” a Henrique — já que suspeita de que tenha sido por obra do hóspede de Alvapenha que a carta do Conselheiro tenha aparecido entre os seus papéis —, este se defende, e termina por acreditar na inocência do mestre-escola. “No espírito do leviano hóspede de Alvapenha passara-se neste curto intervalo de tempo uma profunda revolução moral.”⁸⁶

Morre Ermelinda. Segue-se a tentativa do missionário e de seus seguidores de proceder ao enterro do corpo da menina na igreja, em vez de no cemitério, como já dispunha a lei naquele momento. É só a chegada do Cancela (pai de Ermelinda), que se segue a uma briga em que Henrique sai gravemente ferido, que consegue impedir o enterro na igreja.

Cristina vai, a partir de então, cuidar da recuperação de Henrique. A notação do narrador é precisa: “Mulheres são estas nascidas para serem esposas e mães, o que é quase o mesmo que dizer: nascidas para serem mulheres.”⁸⁷ É também a “consciência” quem lhe dita a lei de que era preciso “firmeza”⁸⁸ à frente dos cuidados com o convalescente. É a força da consciência e da razão que impele Cristina ao trabalho de recuperação física e moral de Henrique — uma “missão de mulher”⁸⁹ —, que mais à frente, já sabemos, vai pedir-lhe em casamento.

Esclarecida a inocência de Augusto, também aqui se fará um casamento, com a Morgadinha, aceito pelo Conselheiro, depois de vencer as eleições, com o apoio decisivo do tio Vicente. O Conselheiro resiste, mas termina por aceitar (“o coração do conselheiro não era de pedra”, comenta o narrador), porque ouve a voz da consciência. Curiosamente a posição de Augusto é muito semelhante à de Guida, e será também a de Berta, n’ *Os fidalgos*. Vejamos:

— Oiça-me, sr. Conselheiro — disse ele [Augusto] placidamente — diante de todas as pessoas que me escutam, lealmente e sem hesitar, patenteari o meu coração. É verdade que essas loucuras se apoderaram de mim, que desde criança até hoje, tenho sido todo delas; mas que importam aos outros, se eu comigo as guardava? se nunca por elas regulei os actos da minha vida? Ocorrências imprevisitas me arrancaram este segredo, que eu fiz sempre por sufocar. Nem ambições me despertou, como meio de realizá-lo, porque nem eu realizá-lo pensava. Resignar-me-ia a morrer com ele, sem revelar a ninguém; mas adivinhado por quem o fizera nascer, e, deixe-se-me o orgulho de o dizer, adivinhado e correspondido, que muito era que me tomasse a vertigem, e que eu por momentos me deixasse cegar pelo fulgor de imprevisitas esperanças? Perdoe-se-

⁸⁶ DINIS, s./d., vol. I, p. 489.

⁸⁷ DINIS, s./d., vol. I, p. 511.

⁸⁸ DINIS, s./d., vol. I, p. 510.

⁸⁹ DINIS, s./d., vol. I, p. 514.

me a franqueza. As ilusões duraram pouco; as palavras de V. Ex.^a dissiparam-nas... um tanto cruelmente, mas em todo o caso acordei. Creia, sr. Conselheiro, que o ser pobre, sem família e sem nome, impõe também uma certa ordem de deveres, a que eu serei fiel. Não é o de humilhar-me, é o de manter a única dignidade que me resta, a dignidade moral. Já vê V. Ex.^a que se enganou de duas maneiras: nem da parte do rapaz pobre houve especulação, nem da parte da herdeira rica estouvamento.⁹⁰

O narrador dinisiano tem uma expressão que fala muito de perto a este gosto pela renúncia e ao prazer no desprazer, a que Freud irá se referir décadas mais tarde⁹¹. Para Dinis, a “fortaleza do espírito” deve seguir lutando, quando tem a seu lado a força da razão. A luta para Dinis, não nos esqueçamos, implica entretanto também silêncio, espera... Mas há momentos em que esta fortaleza cai; é quando “gira no sangue um veneno enervador”, e vem então “um destes prazeres paradoxais”, “o orgulho da extrema infelicidade”, “uma espécie de gozo em sucumbir sem luta”⁹².

Henrique está curado da moléstia moral de “feição romântica”, contra a qual — diz-lhe a Morgadinha — “era bom vigiar”⁹³. E curara-se graças aos cuidados de Cristina, mas também graças à “vida campestre”, que o fizera deixar de “ver as coisas, de pensar e de proceder” de maneira “verdadeiramente doentia”⁹⁴. Por fim, também tivera um papel importante em fazer valer a lei que obrigava o sepultamento no cemitério e na expulsão do missionário. Lembro que esta é uma lei da facção moderada do liberalismo, de 1835, e que vai encontrar resistência, entre os habitantes do campo “no contexto dos movimentos miguelistas”, “embora em decrescendo, ao longo das décadas seguintes” do século XIX.⁹⁵ A Maria da Fonte é, portanto, um dos pontos culminantes, entre outros, em diferentes momentos e épocas, que explode em revolta.

Em síntese, temos aqui três caminhos a serem evitados: a mentira livresca, literária (romântica); a mentira social (Lisboa); e a mentira religiosa (missionário). Mas é bom ver que nos três aspectos o que se propõe é uma reforma. Na equação final, Dinis salva o romantismo, o liberalismo e a religião.

Do romantismo fica o seu carácter civilizacional, racional, equilibrado. Do liberalismo deverá ficar, aponta o narrador, “a nobre regalia de intervir, como povo na governação do Estado, as franquias que nos emanciparam da caprichosa tutela de um homem, revestido de direitos impiamente chamados divinos, contra os quais o instinto e a razão

⁹⁰ DINIS, s./d., vol. I, p. 583.

⁹¹ FREUD, 1997.

⁹² DINIS, s./d., vol. I, p. 558.

⁹³ DINIS, s./d., vol. I, p. 527.

⁹⁴ DINIS, s./d., vol. I, p. 527.

⁹⁵ CATROGA, s./d., p. 597.

igualmente se revoltam”⁹⁶. Já a religião, não mais pode ser a do fanatismo, da punição; deve ser a religião do perdão, que propicia — através de um forte apelo à razão — que o homem possa rever os seus passos, “não por medo às caldeiras de Pero Botelho”, mas por amor à Virtude e ao Bem, como lembrará o velho Afonso da Maia, em *Os Maias* (1888), no momento em que traz a Portugal um preceptor inglês para acompanhar os passos do infante Carlos Eduardo da Maia⁹⁷.

Por fim, diria que Júlio Dinis tem sempre um pé no possível. Por isso cuida em fazer transições, e não rupturas.⁹⁸ É com uma ironia à moda garrettina — e nunca com o sarcasmo demolidor de Eça — que vai, aqui e ali, relativizando as verdades, que semeia em tom de quase parábola.⁹⁹ O arremate singularíssimo do narrador no capítulo de conclusão d’ *A Morgadinha dos Canaviais* mostra bem o que vimos apontando:

O conselheiro partiu no dia seguinte para Lisboa, para tomar parte na pilotagem da nau do Estado. Estive tentado a dizer, para satisfação de ânimo dos meus leitores, que, sob a direcção dos talentos e aptidões do novo estadista, se locupletou a fazenda pública, prosperou a agricultura e a indústria, refulgiram as artes e as letras; e que Portugal, como a Grécia, sob Péricles, causou o assombro das nações do mundo.

Mas receei que, fantasiando no nosso país um governo fecundo e próspero, a inverosimilhança do facto prejudicasse no espírito dos leitores a dos outros episódios narrados, e lhes entrasse com isto a desconfiança no cronista. Resolvi pois ser franco, declarando que sob a direcção do conselheiro e dos seus colegas, Portugal regeu-se, como se tem regido sob as dúzias de ministérios, que nós todos havemos já conhecido.¹⁰⁰

4

Uma família inglesa tem sua primeira edição em livro em 1868 também. Mas já em 1867 saíra em folhetim no Jornal do Porto, com o título *Uma família de ingleses*. É o único romance urbano de Júlio Dinis.

Passa-se no Porto, em 1855. O núcleo da intriga está na família que Mr. Richard Whitestone (pai), Carlos e Jenny (filhos) integram.

Os sentimentos e ações de Mr. Richard, aponta o narrador, eram todos inspirados “pelos eternos e invariáveis ditames da consciência e da razão, superiores, portanto, às

⁹⁶ DINIS, s./d., vol. I, p. 546.

⁹⁷ QUEIROZ, s./d., vol. I, cap. III.

⁹⁸ Ver BUESCU, 1999.

⁹⁹ Ver MONTEIRO, 2005.

¹⁰⁰ DINIS, s./d., vol. I, p. 586.

flutuações caprichosas da moda”¹⁰¹. No Porto romântico, utilitário e prosaico (tempos de prosa, diria Garrett), ergue-se este próspero comerciante, “inglês de lei”¹⁰².

Jenny, sua filha, possuía “estatura esbelta”¹⁰³, “o andar, sem os requebros lânguidos das [...] elegantes”¹⁰⁴ e “razão poderosa”¹⁰⁵. Já Carlos, era diferente da irmã: “Corajoso até à imprudência, sincero até à rudeza desatenciosa, os seus maiores defeitos não passavam de nobres qualidades levadas ao excesso. // O que ele não sabia, ou não podia, era conservá-las no ordeiro meio termo tão respeitado pela sociedade.”¹⁰⁶

Este Carlos, de Júlio Dinis, é um homem entediado dos prazeres mundanos, sem culpa e sem poder para corrigir-se. Jenny tenta trazê-lo para lar, para os jantares em família, mas o irmão escapa-lhe. “Rara é a noite em que me não encho de tédio”, diz-lhe, “em que não morro de sensaboria no meio daquele infernal tumulto”. E completa, comparando os salões do mundo ao quarto cor de violeta de Jenny: “Sinto vontade [...] de soltar uma lamentação como a de Eva por errar em um mundo, que ao pé do teu, Jenny, é também obscuro e selvagem [...] E contudo não tenho nenhum arcangélico poder a impor-me a expatriação.”¹⁰⁷

Vem então o episódio determinante para Carlos.

Um dia Carlos conta a Jenny que acabara de se apaixonar por uma donzela, que usava máscara, no baile de Carnaval. Num determinado momento no baile, na noite anterior, esta e outras donzelas vinham sendo perseguidas por rapazes. Elas não querem que se saiba quem são, porque um baile como aquele não era lugar que uma verdadeira donzela devesse frequentar. Carlos chega a dizer a Jenny: “[...] ainda ninguém viu uma Jenny naqueles lugares”.¹⁰⁸

Carlos protege-as, mas, já do lado de fora exige, força até ao limite, quer conhecer quem é a donzela mascarada por quem se apaixonara. Esta sabe que não pode dizer quem é. Suplica a Carlos que a deixe ir. Ele insiste em acompanhá-la até a casa. Por fim, cede, mas não sem usurpar “à maneira de condenação”¹⁰⁹ um beijo. É isto, em suma, o que Carlos conta no dia seguinte a Jenny.

Esta donzela — Carlos não sabe ainda — é Cecília, filha do guarda-livros de seu pai, Manuel Quintino. Cecília é “uma pobre rapariga”, “bela de beleza nacional” e “feição demasiadamente burguesa”. E completa o narrador: “Cecília não tinha nada do tipo aristocrático; nisso era ela ainda genuinamente do Porto, cidade cujo principal título de glória

¹⁰¹ DINIS, s./d., vol. I, p. 593.

¹⁰² DINIS, s./d., vol. I, p. 595.

¹⁰³ DINIS, s./d., vol. I, p. 598.

¹⁰⁴ DINIS, s./d., vol. I, p. 598.

¹⁰⁵ DINIS, s./d., vol. I, p. 599.

¹⁰⁶ DINIS, s./d., vol. I, p. 600.

¹⁰⁷ DINIS, s./d., vol. I, p. 641.

¹⁰⁸ DINIS, s./d., vol. I, p. 645.

¹⁰⁹ DINIS, s./d., vol. I, p. 646.

é o ter, em épocas em que a nobreza era tudo, previsto que podia e devia prescindir dela para se engrandecer.”¹¹⁰ Seu pai, Manuel Quintino, cantarolava sempre... o Hino da Carta!

Cecília é a melhor amiga de Jenny. E conta-lhe também o ocorrido, pensando ocultar da amiga a identidade do rapaz. Conclui assim:

Serviu-nos de guia e protector através das ruas cheias de máscaras; mas insistia depois em nos conduzir a casa. Tremi ainda mais com esta insistência, do que com a dos outros. Este conhecia meu pai e se soubesse... Oh! meu Deus!... Por mais que lhe rogássemos, não queria deixar-nos; eu, perdida de susto, pedia a Deus uma inspiração. A inspiração veio e foi poderosa. Ele deixou-nos afinal, e nós entrámos em casa... mas eram quatro da manhã.¹¹¹

Jenny adverte Cecília do perigo que correra: bailes de máscaras não são para donzelas. A prova disto era que fora preciso ocultar o fato de Manuel Quintino, seu pai. “Carlos procedeu bem e mal: bem em as proteger; mal, depois”, diz. Jenny então relata a Cecília o que lhe respondera Carlos quando instado a imaginar a hipótese de ser a própria Jenny sob aquela máscara: “[...] respondeu-me que não havia possibilidade disso, porque... pessoas que...” E interrompe, deixando Cecília com os olhos inundados de lágrimas.

Mais à frente, no final do capítulo XIII, Cecília sonha que vai num barco “cheio de máscaras que dançavam”, cujo barqueiro era o Sr. Fortunato, amigo de seu pai, que na noite anterior detivera-se a dissertar, enquanto tomava chá com Manuel Quintino, sobre o que considerava os maus costumes de Carlos.

Cecília gritava, mas ela própria não escutava a sua voz. O barqueiro era o Sr. Fortunato, e, coisa singular, ao mesmo tempo que remava, ia tomando chá. Depois vinha Carlos com um cavalo pela rédea; mas o que mais a surpreendia era que vinha pelo mar. Carlos queria salvá-la, tirando-a do barco, mas as outras máscaras e o Sr. Fortunato não deixavam. Porém, o Sr. Fortunato já não era o Sr. Fortunato, mas sim uma das personagens do romance, que tanto a impressionara; e o mar também já não era bem o mar, porque tinha camarotes em volta. E contudo o perigo persistia, sem saber bem como ou em quê, e agora era ela que fugia de Carlos.¹¹²

Gostaria de indicar a semelhança deste sonho com um outro: o sonho de Luísa, em *O primo Basílio*¹¹³. Em ambos aparece a ideia do teatro, do local público, e da condenação à vista de todos. Freud, em *A interpretação dos sonhos*, refere-se ao sonho como uma

¹¹⁰ DINIS, s./d., vol. I, p. 680.

¹¹¹ DINIS, s./d., vol. I, p. 687.

¹¹² DINIS, s./d., vol. I, p. 702.

¹¹³ QUEIROZ, s./d., cap. IX.

realização de desejo sob a forma de alucinação.¹¹⁴ Então vejamos... É o sexual que está presente neste encontro de Cecília com Carlos, mas, como Carlos não pode comparecer como o barqueiro, aquele que a levaria juntamente com as outras máscaras à perdição (sexual), vem como salvador. O lugar que seria o de Carlos fica para ninguém menos do que o Sr. Fortunato, que tomara chá com Manuel Quintino na véspera e atacara moralmente Carlos. Por fim, gostaria de destacar o fato de Cecília gritar, mas não ser capaz de escutar a sua própria voz. Cecília não se reconhecia no que dizia. É isto? Gritava, mas não queria ser salva?

Carlos tenta encontrar aquela donzela mascarada por quem se apaixonara. No último dia de Carnaval, volta ao baile, mas já não encontra Cecília. Carlos procura “um amor bem verdadeiro, uma vida bem íntima com uma mulher, a quem se queira como amante, que se estime como irmã, que se venere como mãe, que se proteja como filha”¹¹⁵.

Mais à frente, ele fica sabendo por intermédio de Jenny que Cecília era a moça do baile de máscaras. A reação de Carlos é: “Pois era Cecília! Confesso-te, Jenny, que nunca supus que aquela rapariga tivesse tanta graça, tanta inteligência, tanto...”¹¹⁶ E o narrador completa: “Devemos confessar que ele nunca viu em Cecília outra coisa mais do que uma rapariga bonita, a qual muitas vezes lhe merecera olhares complacentes, mas de quem tão depressa se esquecia, quando dela se afastava.”¹¹⁷ Jenny diz a Carlos que gostaria de vê-lo arrependido do conceito que fizera de Cecília, só por a ver onde (o baile de máscaras) jamais supusesse que pudesse estar uma rapariga digna.

Temos agora pela frente a recuperação moral de Carlos. Será através das virtudes que vai vendo em Cecília, do amor que ela lhe inspira, que ele vai sendo capaz de integrar-se ao mundo do trabalho, de aproximar-se mais do pai, Mr. Richard Whitestone. Cecília é o anjo que Carlos já conhecia. Mas — e este é o ponto a meu ver fundamental do livro — aquele episódio do baile, que se quer apagar, como se tivesse sido um deslize de Cecília, fora decisivo por revelar a Carlos a mulher até então oculta (mas que com a máscara pôde ser entrevista) que vivia dentro do anjo. O encontro com Cecília é com aquela que pode ocupar o lugar de esposa, mas que também traz em si a amante.¹¹⁸

Carlos passa a frequentar a casa de Manuel Quintino, a substituir-lhe (já que o guarda-livros adoece) no escritório do pai, a tomar aulas de escrita, etc. Recuperado o pai, Cecília pede a Carlos que cessem as visitas. Não vê mais razão, diz-lhe, para serem renovadas. “Mas, Cecília, e se essa razão, e forte, e irresistível, e urgente, estiver em mim, no meu coração?...”, interpela-a Carlos. Ao que a filha de Manuel Quintino lhe responde:

¹¹⁴ FREUD, 2000.

¹¹⁵ DINIS, s./d., vol. I, p. 706.

¹¹⁶ DINIS, s./d., vol. I, p. 728.

¹¹⁷ DINIS, s./d., vol. I, p. 728.

¹¹⁸ Ver GAY, 2000.

Sr. Carlos, espero que me faça a justiça de acreditar que... [...] que eu sou ainda superior a esses galanteios. Se as circunstâncias, que acompanharam o nosso primeiro encontro, lhe puderam deixar impressões que o levem a tratar-me assim, peço-lhe que se recorde de que Jenny, sua irmã, ainda me trata como amiga, depois de saber tudo quanto naquela noite se passou.¹¹⁹

Carlos precisará provar que não faz “galanteios”, “fantasias” de uma cabeça enevoadada de imaginação romanesca, que o que faz e diz não é artifício de salão nem uso mundano. Agora tem de voltar as costas aos hábitos levianos de salão aos quais se afeiçoara.

A fraqueza moral do Carlos de *Viagens na minha terra* será retocada aqui. O homem dos salões poderá ter a sua Joaninha se for capaz de provar que a sua bondade natural e essencial (do coração) é mais forte do que os prazeres do mundo. Cecília também terá que provar que está acima dos galanteios e dos gozos mundanos, e que é mesmo digna de ocupar o lugar de esposa. Numa sociedade com tantas conveniências a serem atendidas, é evidente que o homem terá também que abrir mão de muito, se quer algo que realmente tem a ver com o seu desejo. É interessante pensar aqui o seguinte: se ama e quer mesmo Cecília, Carlos tem que abrir mão de quê? Dos gozos do mundo. Tem que provar que tem virtudes suficientes para sustentar esta escolha; tem que ser capaz de ultrapassar as “más opiniões” que o julgam apenas pela aparência; e por fim ultrapassar as barreiras sociais (ele é filho de um rico comerciante, e ainda por cima inglês, enquanto Cecília é filha do guarda-livros e uma típica portuguesa). Impossível ultrapassar tudo isto — sejamos francos —, se tivesse diante de si um “anjo” apenas.

Os amigos invadem o quarto de Carlos para tentar explicar em tom de zombaria o desaparecimento dele dos salões mundanos. Qual será a “doença” de Carlos?, perguntam-se. O amigo médico, descreve o mal, e diz que como último recurso, quando a medicina nada mais pode fazer, recomenda-se o casamento. O que os amigos propõem, sarcasticamente, é a substituição de uma forma de alienação por outra. De alienado que deveria estar (como eles) no gozo dos bens materiais, recomendava-se agora, quando o caso parecia intratável, o casamento, tomado aqui como instituição burguesa e de mera conveniência. Os amigos criticam o que eles consideram o “ultra-romantismo” de Carlos.

Com esta cena tão peculiar, o narrador completa um quadro já bastante alargado das expectativas da época em relação ao amor e ao casamento. É dentro deste quadro, e em relação a ele, que Carlos é-nos apresentado, e vai sendo aos poucos retocado. Para Antónia (criada da casa de Manuel Quintino), Carlos é um homem sem moral; para Jenny, Carlos é um “fantasista”; para os amigos “um ultra-romântico”... É contra tudo isto que Carlos luta. Para tanto tem que se elevar acima do senso comum e das expectati-

¹¹⁹ DINIS, s./d., vol. I, p. 821.

vas de sua época e de sua classe. Antes de se retirarem, os amigos lembram-lhe: “Colheste a flor em mau terreno; apanhaste a pérola em água bem envolta, um baile de máscaras!” (p. 829) Mal sabiam, que isto para Carlos tinha um sabor especial...

Enfim, todos os obstáculos são vencidos: Carlos consegue recompor a imagem que dele têm Jenny e sobretudo Cecília; consegue dobrar os preconceitos do pai (com o auxílio já agora de Jenny), e por fim inventam os três (Carlos, Jenny e Mr. Richard) um subterfúgio para vencerem a opinião pública, que certamente discriminaria Mr. Richard e seu filho, ao vê-lo casar-se com a filha do guarda-livros. Completa-se deste modo uma vitória que começa na Consciência de Carlos e ganha o espaço público (o Mundo).

Carlos então pede a mão de Cecília em casamento: “Não é uma reparação que venho aqui oferecer; Cecília não carece dela, venho pedir-lhe a minha felicidade.”¹²⁰ Aceito o pedido, segue-se um diálogo no mínimo invulgar entre dois noivos num mundo como aquele:

— Cecília — dizia Carlos daí a pouco, aproximando-se dela — se, para avaliar os seus sentimentos, esperasse que mos revelasse, duvidaria ainda, sabe?

— Mas não duvida?

— Não, porque... os adivinho; julgo eu que os adivinho.

— E que mais quer? Infelizes dos que não sabem adivinhar assim... Esses não amam deveras. Não lhe parece?¹²¹

Sim, não se trata de “reparação”. O que está em jogo é a “felicidade”, e a felicidade sob circunstâncias, conforme vimos mostrando, bastante singulares. Dinis mostra ou quer nos fazer crer que os caminhos não estão completamente fechados para alguma aposta subjetiva. Cecília, com as apostas que faz, termina por saber navegar no rio estreito que se desenha. Mostrando-se pela ocultação (no baile de máscaras), acaba criando condições para alguma aproximação com Carlos. Com o ato que pratica (de ir ao baile) mostra a Carlos a mulher que se escondia sob a face do anjo. Na sequência, como Carlos não recua e responde a Cecília como sujeito desejante, ela por sua vez também sabe atender a algumas expectativas sociais: recompõe a imagem arranhada do anjo (que, sabia, não se poderia quebrar) e desenha a esposa que poderia ser para Carlos. E tudo isto fazendo-lhe adivinhar a mulher que não se podia mostrar se não sob uma máscara de Carnaval. Ela sabe que naquele mundo a mulher não pode se posicionar explicitamente como sujeito em relação ao desejo. Mas, por outro lado, o desejo pode comparecer, desde que cumpridas determinadas conveniências. Então dá-se algo semelhante na própria literatura: há alguma brecha para o desejo, desde que atendidas determinadas convenções. Esta história

¹²⁰ DINIS, s./d., vol. I, p. 893.

¹²¹ DINIS, s./d., vol. I, p. 893.

verdadeiramente bela mostra que sem perda não há amor nem desejo. E é, parece-me, porque sabem perder que Carlos e Cecília se encontram.

5

Em *Os fidalgos da Casa Mourisca* — que Dinis não chegou a terminar de rever, e que é publicado logo depois de sua morte, em 1871 —, Jorge e Maurício “caminhavam por estradas de rosas para um fundo precipício, de onde lhes desviavam as vistas”¹²². Os jovens descendentes dos ultramonárquicos Negrões de Vilar de Corvos passam o tempo “cavalgando” e “caçando”¹²³, enquanto o pai, D. Luís, se enche de dívidas e a Casa Mourisca vai ganhando um aspecto “melancólico e triste”¹²⁴: “O tempo não se limitara a colorir o velho solar com as tintas negras da sua palheta; derrocara-lhe a cruz da capela, desconjuntara-lhe a cantaria em extensos lanços de muro, abrindo-lhe interstícios de onde irrompia uma inútil vegetação parasita.”¹²⁵

D. Luís, iniciara a vida na carreira diplomática, para a qual lhe destinaram os pais, já que era “filho segundo”¹²⁶. Mas, com a morte do primogênito, acabou sucedendo-o nos vínculos, e herdara então todas as propriedades do pai. Era, no dizer do narrador, “o mais instruído e civilizado proprietário da sua província”¹²⁷

D. Luís casa-se com a “filha de um fidalgo português”¹²⁸ e volta ao país quando começam a “manifestarem-se em Portugal os primeiros sintomas da profunda revolução”, registra o narrador, “que devia alterar a face social do País”¹²⁹. Os parentes da sua esposa abraçam a causa liberal, mas o fidalgo “mostrou-se logo hostil ao movimento nascente”¹³⁰, e resultam daí grande parte dos desgostos domésticos que lhe amarguram a partir de então a vida. D. Luís era miguelista. O jovem irmão de sua esposa: um soldado de D. Pedro.

O imprudente moço viu-se perseguido, preso, processado, e em quase iminente risco de expiar, como tantos, no suplício o crime de pensar livremente. Conseguindo, quase por milagre, escapar à fúria dos seus perseguidores, emigrou para voltar mais tarde nessa

¹²² DINIS, s./d., vol. I, p. 907.

¹²³ DINIS, s./d., vol. I, p. 907.

¹²⁴ DINIS, s./d., vol. I, p. 900.

¹²⁵ DINIS, s./d., vol. I, p. 900.

¹²⁶ DINIS, s./d., vol. I, p. 901.

¹²⁷ DINIS, s./d., vol. I, p. 901.

¹²⁸ DINIS, s./d., vol. I, p. 901.

¹²⁹ DINIS, s./d., vol. I, p. 901.

¹³⁰ DINIS, s./d., vol. I, p. 901.

memoranda expedição, que principiou em Portugal a heróica ilhada da nossa emancipação política.¹³¹

O pobre rapaz termina por morrer antes da vitória dos liberais. O coração da “infeliz senhora”¹³² não mais pôde convalescer do duro golpe. Educa os filhos dentro dos princípios liberais junto com o velho hortelão, que abriga no solar, que padecera também, ao lado do irmão morto, a fome, a peste e a guerra na luta contra o velho mundo do despotismo. Da parte de Luís, os rapazes tiveram pedagogos eruditos, contratados para educá-los. Da parte da mãe, vinham-lhes as doutrinas liberais.

Morrem em seguida a mãe e a menina Beatriz. Ficam os dois filhos com o pai. E a partir daí temos a ruína que se anuncia dia a dia dos três fidalgos da Casa Mourisca.

A Herdade do Tomé, assentada na raiz da colina fronteira, contrasta com a Casa Mourisca: “O dono da Herdade fora pobre, servira como criado na casa dos fidalgos, passara depois a rendeiro de um pequeno casal, mais tarde arrendara uma fazenda maior; chegando enfim a ser proprietário, tornara-se em pouco tempo possuidor de extensos bens, e era o chefe de uma família numerosa e talvez o primeiro agricultor daquele círculo.”¹³³

Jorge se aproxima de Tomé, e tenta compreender os motivos da decadência da Casa Mourisca. Neste passo que transcrevemos abaixo, podemos ver claramente, se o lemos dentro do conjunto da obra dinisiana, o quanto temos aqui uma aposta na civilização liberal, no seu aprimoramento progressivo e ordeiro:

— [...] como se explica isto, Tomé? — continuou Jorge [...] — os meus avós nunca se ocuparam muito com a lavoura [...] e, contudo, a nossa casa era então uma das mais ricas da província, e hoje... — Isso lá... Olhe, sr. Jorge, se eles se não ocuparam dos seus bens, e não sentiram o mal, é porque tinham ainda muito que perder. Quem hoje o está pagando é seu pai, e amanhã serão os meninos. Isto é como uma pessoa robusta que leva vida extravagante. Enquanto é nova e tem muitas forças, não dá por as que perde, e julga que nada lhe faz mal; mas chega a um certo ponto e de repente acha-se fraca [...] Entende que digo? — Entendo, Tomé, entendo [...] naqueles tempos, as classes privilegiadas podiam entregar-se sem receio a uma vida de incúria e de dissipação, porque as privilégios velavam por elas e remediavam-lhes os desvarios; adormeceram nessa confiança, e não sentiram que tinham mudado as condições sociais, e agora ao acordarem...¹³⁴

¹³¹ DINIS, s./d., vol. I, p. 902.

¹³² DINIS, s./d., vol. I, p. 902.

¹³³ DINIS, s./d., vol. I, p. 909.

¹³⁴ DINIS, s./d., vol. I, p. 919.

Em *A Morgadinha dos Canaviais*, Dinis nos apresentara a vergonha das eleições roubadas, o progresso que se faz à custa de tantos sacrifícios, os acordos de gabinete e a palavra dada com a qual se rompe mais à frente em nome de novos interesses; em *Uma família inglesa*, vimos o Porto romântico, liberal e materialista dos barões que gritam “contos de réis!”, onde, a despeito de tudo, os Whitestone — também eles tão românticos — conseguem, porque vivem inspirados em sólidos princípios de razão e de equilíbrio, adentrar o mundo misterioso da paixão, protegida no território reservado da intimidade; agora n’ *Os fidalgos da Casa Mourisca* temos sob os nossos olhos dois mundos confrontados, o mundo velho dos aristocratas e absolutistas, e o mundo da nova burguesia rural e dos liberais. Júlio Dinis aposta no mundo novo, mas sempre com reservas e cautela. Nunca com conformismo ou adesão incondicional.

O caminho que se vai traçar aqui é em direção ao acordo entre as classes. Nos novos tempos, já com a abolição dos morgados — que o primogênito de D. Luís apóia francamente, por considerar um “acto de justiça e de moralidade”¹³⁵ — Jorge vai desposar Berta (filha de Tomé); e Maurício, o filho mais novo, vai para Lisboa, casa-se com Gabriela (a baronesa de Souto Real, que depois de viúva aderira à causa liberal), “mulher de influência no mundo político e elegante”¹³⁶, e aprende com ela que é preciso saber “transigir”. Note-se: esta palavra não tem no romance nenhum valor pejorativo.

A regeneração da Casa Mourisca se faz porque Jorge tem como guia a razão, que “era poderosa bastante para o servir”¹³⁷, porque é capaz de se despir dos “preconceitos sem fundamento”¹³⁸ com que o tinham educado. Maurício o compreende mal e chega a dizer-lhe: “estás eivado de uma filosofia democrática e revolucionária”¹³⁹.

Também aqui primeiro Jorge modifica-se; depois, com o auxílio de Gabriela, consegue regenerar o mundo à sua volta, até chegar ao pai, D. Luís, que ao final do romance “por pouco estava advogando ideias manifestamente democráticas”¹⁴⁰. A baronesa dirá isto a Maurício: “O padre fez-nos, sem querer, um grande serviço. Meteu-se a advogar com tanto calor a aristocracia que por pouco fazia do teu pai um democrata.”¹⁴¹ Democrata... Já sabemos, leia-se: liberal. Mas aqui estão incluídos também e sobretudo os republicanos! É por fim o próprio narrador quem arrematará, na “Conclusão”, referindo os vários passos dados por D. Luís no “terreno dos princípios democráticos”¹⁴². Repito: estamos mesmo muito distantes daquele mundo em que cada classe sabe o seu lugar. De modo diferente, Dinis propõe uma solução de regeneração das estruturas sociais, dentro

¹³⁵ DINIS, s./d., vol. I, p. 932.

¹³⁶ DINIS, s./d., vol. I, p. 946.

¹³⁷ DINIS, s./d., vol. I, p. 934.

¹³⁸ DINIS, s./d., vol. I, p. 936.

¹³⁹ DINIS, s./d., vol. I, p. 936.

¹⁴⁰ DINIS, s./d., vol. I, p. 1214.

¹⁴¹ DINIS, s./d., vol. I, p. 1215.

¹⁴² DINIS, s./d., vol. I, p. 1227.

do terreno sólido dos princípios liberais e racionais. Neste mundo há lugar, para a subjetividade. Portanto, o casamento de Jorge com Berta não é um mero acordo de classes. Ambos têm que se elevar e se distinguir também daquilo que de algum modo se esperaria de: um fidalgo (Jorge) e de uma “donzela”, que estudara em Lisboa e é filha de um proprietário rural que enriqueceu depois das leis de Mouzinho da Silveira que puseram fim ao morgadio.

6

Em *Inéditos e esparsos* (na seção “Ideias que me ocorrem”, toda escrita no Funchal, no final de 1869 e início de 1870), Dinis indica:

Há livros que são monumentos e livros que são instrumentos. Os primeiros levantam-se a perpetuar a memória de uma literatura, ainda mesmo que se extinga a nacionalidade a que pertenciam. Primorosamente trabalhados, constituídos por os materiais mais duráveis, é antes para o futuro que eles se erigem do que para os contemporâneos, cuja maioria nem sempre os compreende.

Os livros instrumentos são, pelo contrário, para andarem nas mãos de todos, para o uso cotidiano, para educarem, civilizarem e doutrinares as massas.¹⁴³

Há, em Júlio Dinis, uma proposta de transição — com antecedentes em Garrett e Herculano, que também tinham atentado para o caráter “formativo” que a literatura deveria ter —, para que o velho Portugal se fizesse novo dentro da balança da Europa ilustrada. Garrett deste modo põe de lado também tudo que se avizinhasse do sentimentalismo, do romantismo obscurantista, tudo que na literatura pouca utilidade tivesse para o papel civilizacional que, a seu modo de ver, o romance e o drama modernos sobretudo deveriam ter. A diferença é que este projeto garrettiano não está dissociado do que Dinis chamará mais tarde de “livros monumento”. Para Garrett, quanto mais uma obra mergulha no específico de uma época, mais chance terá de também representar o homem daquele tempo em outros tempos. Para Garrett, uma obra que é instrumento pode, deve ser, quase necessariamente terá de ser monumento.

Em “Ler Júlio Dinis”, Helena Buescu toca num ponto importante para que se possa entender o enorme sucesso de Júlio Dinis no século XIX: “É minha convicção”, pondera, “de que é esta *felicidade histórica*, que marca a obra de Júlio Dinis, que ajuda a explicar um fenômeno curioso: o enorme sucesso no século XIX, face ao seu relativo esquecimento ou menosprezo no século XX. Porque a nossa contemporaneidade não

¹⁴³ DINIS, s./d., vol. II, p. 553.

partilha desses pressupostos, antes se cristaliza em torno de noções com eles incompatíveis, como a de ruptura, a de consciência da descontinuidade ou a de despersonalização.”¹⁴⁴

De fato, neste aspecto levantado talvez possamos identificar alguns traços da obra dinisiana que lhe trouxeram de imediato o sucesso junto ao público. Eu alargaria um pouco esta ideia tão produtiva apontando — como venho fazendo — que Dinis dá uma dimensão singular ao desejo. Seus personagens são obrigados a esquecer, a calar, a esperar, vão a um limite que se avizinha da renúncia, são obrigados a dizer bem o desejo, colocando-se a princípio acima do que deles se esperaria naquela sociedade. Conforme formulações anteriores que fiz, se Jorge fosse um mero aristocrata não conseguiria casar-se com Berta. E com isto rejeito a interpretação que vê aqui tão somente um aristocrata querendo salvar a própria pele. Do mesmo modo, também Berta teve que negociar, transigir, deixar cair muito do que talvez se esperasse de uma filha do Tomé da Herdade, voltando à vida rural com dinheiro e educação citadina. Assim também Cecília é muito mais — ou muito menos — do que um anjo. E Carlos Whitestone sabe ceder de um certo gozo que retira inicialmente da posição de homem rico afeito à vida mundana.

Quando Gabriela diz, n’ *Os fidalgos*, que sempre é preciso transigir está apontando não para a submissão e nem muito menos para a posição de refém das forças sociais em que tantos heróis românticos e realistas-naturalistas sucumbem, mas sim para uma dimensão possível de felicidade. É um outro caminho que se apresenta: diverso daquele de vitimização (já tão conhecido) e de vencidismo (que virá). Uma boa parte dos leitores do século XIX sabe o que se pode e o que não se pode fazer, e também o que se pode e não se pode escrever. Sabe talvez compreender os mundos que se anunciam sob o silêncio. Sabe, talvez à custa de muito imaginar (é verdade), as delícias que se anunciam àqueles que ultrapassam — guiados, assim o crêem, por uma razão forte —, os obstáculos forjados por preconceitos de classes, de gerações, por diferentes educações e temperamentos.

O segundo ponto também abordado por Buescu diz respeito a uma mudança histórica, do século XIX para o XX, que teria sido determinante para o afastamento dos leitores da obra dinisiana. E o que teria mudado de fato? Proponho a seguinte hipótese: era relativamente fácil levar ao leitor do século XIX uma ideia pautada na negociação com o mundo tão próxima da *renúncia*, embora às vezes este termo quase soe inapropriado — como no caso de Cecília e de Carlos Whitestone, conforme vimos mostrando. É isto que ficou impossível propor aos leitores dos séculos XX e XXI. Hoje o mundo gira em torno de um imperativo de satisfação imediata voltado para os objetos do consumo, que não se coaduna, em nenhuma hipótese, com o universo ficcional de Júlio Dinis.

Agora, que me encaminho para fim deste trabalho, quero sublinhar alguns pontos capitais que tentei sustentar.

¹⁴⁴ BUESCU, 1995, p. 66.

Primeiro: a Regeneração não é um tempo de capitulação absoluta, em que a intelectualidade tenha aderido de forma indiferenciada ao que parecia “o mal menor”, e as obras de Lopes de Mendonça e de Júlio Dinis o mostram com profundidade e riqueza de situações.

Segundo: de fato Mendonça e Dinis são dois modelos de intelectuais diferentes (mas que não estão em territórios completamente diversos um do outro). Mendonça era republicano e queria a cabeça dos reis. Nunca se deixou enganar pela paz regeneradora. Dinis vê na Regeneração uma possibilidade de levar à frente — seja como for, e dentro do que se descortinava como possível em seu raio de visão — a ideia liberal. Ambos estão ligados a Garrett e à Geração Coimbrã. Dinis está mais perto de Garrett (pela opção reformista e ordeira). Mendonça mais perto da Geração Coimbrã (pelo seu feitio combativo na esfera pública). No campo inimigo estavam mesmo: José Agostinho de Macedo, António Feliciano de Castilho e Pinheiro Chagas, estes sim intelectuais das “letras oficiais”, da “escola do elogio mútuo” e da “literaturinha acéfala”.

Terceiro: é preciso considerar os acordos de leitura, tácitos, mas fundamentais para a compreensão da obra de Dinis. É deste modo que podemos entender o amor e a sexualidade tematizados sobre a face da virtude; e a violência sob a face da cordialidade nas relações sociais. Não está completamente errado falar-se em “literatura cor de rosa” em Dinis. Mas esta é uma verdade parcial, que pede complementação. Há que se perguntar o que este manto de pureza esconde. A que serve este tipo de abordagem do amor e dos conflitos sociais? O que está subliminarmente indicado por Dinis? Uma mentira, uma solução falaciosa? Ou uma hipótese muito singular de felicidade, difícil mas possível?

É a partir daqui que gostaria de tocar, de modo conclusivo, no quarto e último ponto: os finais felizes de Dinis têm a função de mostrar como fazer valer algum desejo num mundo como aquele. Mostram que há algum espaço para a subjetividade, que nem todos são homens que adquiriram um apreço imerecido da sociedade; nem todos são homens que deveriam ter um lugar no mundo mas não têm. O universo ficcional de Júlio Dinis não é em preto e branco. Dinis mostra que há uma margem de negociação e de flexibilidade. Agora, que isto talvez seja uma mentira ou uma excepcionalidade, que no frígir dos ovos e fora dos livros um Jorge nunca se casasse por amor com a filha do Tomé da Herdade ou que um Carlos jamais aceitasse casar-se com uma Cecília, filha do guarda-livros de seu pai, isto já são outros quinhentos. A vida para a maior parte dos leitores de Dinis provavelmente não era mesmo como lhes era apresentada. Mas o que Dinis termina por mostrar aos seus leitores não é tanto o que a vida lhes descortinava no seu aspecto mais aparente, senão o que ela porventura também podia secretamente guardar, embora, é bem verdade, sob um manto espesso de convenções.

Referências bibliográficas

Jornais

A Revolução de Setembro — 1846 a 1857 (colaboração de Lopes de Mendonça) — 1865 (ano da morte de Lopes de Mendonça).

Diário de Notícias — 10/10/1865 e 15/10/1865.

Obras

BASTO, Artur de Magalhães. *O Porto romântico*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932.

_____. Joaquim Guilherme Gomes Coelho. In: *Figuras literárias do Porto*. Porto: Livraria Simões Lopes, 1947.

BRANCO, Camilo Castelo. *Coração, cabeça e estômago*. In: *Obra seleta*. Org., seleção, introdução e notas de Jacinto do Prado Coelho. Rio de Janeiro: Aguilar, 1960.

BUESCU, Helena Carvalhão. Apresentação crítica. In: DINIS, Júlio. *Uma família inglesa*. Lisboa: Editorial Comunicação, 1985.

_____. George Sand e Júlio Dinis: questões de espaço no romance rústico francês e português & Ler Júlio Dinis. In: *A lua, a literatura e o mundo*. Lisboa: Edições Cosmos, 1995.

_____. Júlio Dinis. In: BUESCU, Helena Carvalhão (org.) *Dicionário do romantismo literário português*. Lisboa: Caminho, 1997.

_____. A casa e a encenação do mundo. *Os fidalgos da casa mourisca*, de Júlio Dinis. In: SILVEIRA, Jorge Fernandes da (org.). *Escrever a casa portuguesa*. Belo Horizonte: EdUFMG, 1999.

CATROGA, Fernando. Morte romântica e religiosidade cívica. In: MATTOSO, José (dir.) *História de Portugal. O liberalismo (1807 — 1890)*. Vol. V. Lisboa: Estampa, s./d.

COELHO, Jacinto do Prado. O monólogo interior em Júlio Dinis. In: *A letra e o leitor*. 3 ed. Porto: Lello & Irmão — Editores, 1996.

DAVID, Sérgio Nazar. O Mundo, o Diabo e a Carne: Eça de Queirós e os inimigos da Alma. In: _____ (org.). *O diabo é o sexo*. Coleção Clepsidra 4. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

- _____. Paixão e revolução na obra de A. P. Lopes de Mendonça. In: *Diacrítica*. Revista do Centro de Estudos Humanísticos. Nº 20/3. Braga: Universidade do Minho, 2006.
- _____. Duas faces da renúncia em O Mandarim, de Eça de Queirós. In: BARCELLOS, José Carlos & DAVID, Sérgio Nazar (orgs.). *A renúncia*. Coleção Clepsidra. Vol. 6. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.
- DINIS, Júlio. *Obras de Júlio Dinis*. 2 vols. Porto: Lello & Irmão — Editores, s./d.
- FEDELLI, Maria Ivone P. M. Atractivos, instrução conselho: a função pedagógica da literatura, no romance de Júlio Dinis. In: FERNANDES, Maria da Penha Campos (org.) *História(s) da literatura*. Actas do Iº Congresso Internacional de Teoria da Literatura e Literaturas Lusófonas. Braga: Almedina, 2005.
- FERRO, Túlio Ramires. Dinis, Júlio. In: COELHO, Jacinto do Prado (dir.) *Dicionário de literatura*. Porto: Figueirinhas, 1984.
- FONSECA, Fernando Taveira da. Elites e classe médias. In: MATTOSO, José (dir.) *História de Portugal. O liberalismo (1807 — 1890)*. Vol. V. Lisboa: Estampa, s./d.
- FRANÇA, José Augusto. Júlio Dinis ou cinco anos de felicidade. *O romantismo em Portugal*. 3 ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.
- FREUD, Sigmund. *Além do princípio do prazer*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- _____. *A interpretação dos sonhos*. Rio de Janeiro: Imago, 2000.
- GARRETT, Almeida. *Viagens na minha terra*. Int. e notas de Augusto da Costa Dias. Lisboa: Portugalia, 1963.
- GAY, Peter. *A paixão terna*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. *O cultivo do ódio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- _____. *O século de Schnitzler*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. Sociedade portuguesa. In: SERRÃO, Joel (dir.) *Dicionário de História de Portugal*. Vol. VI. Porto: Figueirinhas, 1984.
- LEPECKI, Maria Lúcia. *Romantismo e realismo em Júlio Dinis*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1979.
- LIMA, Isabel Pires de Lima. Uma nova arte de contar: Júlio Dinis. In: MACHADO, Álvaro Manuel et alii. *História da Literatura Portuguesa*. Lisboa: Alfa, 2003.
- LOPES, Óscar. De *O arco de Sant'Ana* a *Uma família inglesa*. Separata da Revista de História. Vol. IV. Centro de História da Universidade do Porto, 1982.
- _____. A crítica inintencional em Júlio Dinis. In: *Cifras do tempo*. Lisboa: Caminho, 1990.

- MARTINS, António Coimbra. *Ensaio queirosianos*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1967.
- MENDONÇA, A. P. Lopes de. *Recordações de Itália*. Lisboa: Typografia da Revista Popular, tomos I (1852) — II (1853).
- MONTEIRO, Ofélia Paiva. Garrett e a narrativa romântica portuguesa. In: *Anais do XX Encontro de Professores de Literatura Portuguesa*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005. CD-room.
- NAVARRO, Ana Rita Soveral. Um perfil literário & A personagem dinisiana. In: *Da personagem romanesca à personagem fílmica: As pupilas do senhor reitor*. Tese de doutoramento em Estudos Portugueses. Lisboa: Universidade Aberta, 1999.
- PERROT, Michelle. La famille triomphante. In: ARIÈS, Philippe & DUBY, Georges (dir.) *Histoire de la vie privée. De la Révolution à la Grande Guerre*. Paris: Seuil, 1999.
- QUEIROZ, Eça de. *O primo Basílio*. Porto: Lello & Irmão, s./d.
- _____. *O Mandarim*. Porto: Lello & Irmão, s./d.
- _____. *Os Maias. Episódios da vida romântica*. Porto: Lello & Irmão, s./d. 2 vols.
- QUEIROZ, Eça de & ORTIGÃO, Ramalho. *As farpas*. Coord. de Maria Filomena Mónica. 3. ed. São João do Estoril, Cascais: Principia, 2004.
- REIS, Carlos. *Eça de Queirós. Consul de Portugal à Paris. 1888 — 1900*. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 1997.
- RODRIGUES, Ernesto. *Cultura literária oitocentista*. Porto: Lello Editores, 1999.
- SARAIVA, António José & LOPES, Óscar. *História da Literatura Portuguesa*. 17. ed. Corrigida e actualizada. Porto: Porto Editora, s./d.
- SARAIVA, António José. Júlio Dinis e a sua época & Júlio Dinis, um escritor afortunado. In: *Para a história da cultura em Portugal*. Vol. II. 5. ed. Lisboa: Bertrand, 1982.
- SIMÕES, João Gaspar. Júlio Dinis. In: *História do romance português*. Vol. II. Lisboa: Estúdios Cor, 1969.
- STERN, Irwin. *Júlio Dinis e o romance português (1860 — 1870)*. Porto: Lello & Irmão — Editores, 1972.
- _____. *Jane Austen e Júlio Dinis*. Separata do nº 30 da Revista Colóquio / Letras. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, mar. / 1976.
- VAQUINHAS, Irene. O campesinato. In: MATTOSO, José (dir.) *História de Portugal. O liberalismo (1807 — 1890)*. Vol. V. Lisboa: Estampa, s./d.